

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

ENZO TRAVERSO

O totalitarismo entre história e teoria

Tradução Matheus Targueta

zazie

zazie

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

ENZO TRAVERSO

*O totalitarismo entre
história e teoria*

TRADUÇÃO
Matheus Targueta

zazie

Sumário

O totalitarismo entre
história e teoria
9

POSFÁCIO
A história intelectual
segundo Enzo Traverso,
Demian Melo
99

O totalitarismo entre história e teoria¹

INTRODUÇÃO

A TRAJETÓRIA DA IDEIA de totalitarismo na academia e, de maneira geral, na cultura política do século 20 e início do 21 tem sido tortuosa, com períodos

¹ Os argumentos apresentados por Enzo Traverso neste ensaio podem ser encontrados – ampliados e detalhados – no livro *Il totalitarismo: storia di un dibattito* (Milão: Bruno Mondadori, 2001), posteriormente publicado na Argentina com prólogo do autor, sob o título *El totalitarismo: historia de un debate*. (Trad. Maximiliano Gurian. Buenos Aires: Eudeba, 2001). [N. T.]

alternados de impacto generalizado e momentos de prolongado eclipse.² Provavelmente, ainda é cedo demais para afirmar que sua entrada em nosso léxico político e histórico seja irreversível, apesar da comprovada e notável resiliência do termo. Experimentou, inclusive, uma renovação recente e impressionante depois do 11 de Setembro de 2001, quando foi novamente mobilizado contra o

² As peças mais importantes deste debate intelectual estão reunidas em três obras: Enzo Traverso (org.). *Le Totalitarisme: le xx^e siècle en débat*. Paris: Seuil, 2001; Bernard Bruneau (org.). *Le Totalitarisme: origines d'un concept, genèse d'un débat, 1930-1932*. Paris: Editions du Cerf, 2010; Eckart Jesse (org.). *Totalitarismus im 20. Jahrhundert: ein Bilanz der internationaler Forschung*. Baden Baden: Nomos, 1996. Para um levantamento histórico sobre o conceito de totalitarismo até o fim da Guerra Fria, ver: Abbott Glason. *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War*. Nova York: Oxford University Press, 1997. A primeira interpretação crítica desse debate nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial está em: Anson Rabinbach. "Moments of Totalitarianism". *History and Theory*, v. 45, n. 1, 2006, pp. 72-100.

terrorismo islâmico. Assim, “totalitarismo” é um exemplo eloquente de extensa simbiose – nem sempre produtiva – entre política e debate acadêmico, entre lema de combate, quase um slogan, e instrumento de análise.

Dentre os fatores que explicam a resistência e a tenacidade dessa ideia, a memória coletiva certamente merece destaque. Por um lado, o Holocausto se tornou objeto de solenidades públicas, museus, ficcionalizações literárias e estéticas (fenômeno que alguns estudiosos chegaram a definir como “religião civil” do Ocidente), bem como o paradigma contemporâneo de genocídio e violência. Por outro lado, a queda da União Soviética (URSS) inscreveu sem dúvida a experiência comunista numa certa perspectiva histórica que, focalizada quase exclusivamente em sua dimensão criminosa (deportações e execuções em massa, campos de concentração), ocultou seu potencial emancipatório, antes celebrado. Em

vez de fenômeno prismático, multifacetado e contraditório, combinando revolução e terror, emancipação e opressão, movimentos sociais e regimes políticos, a ação coletiva e o despotismo burocrático, o comunismo foi reduzido à consumação de uma ideologia sanguinária. O stalinismo tornou-se sua face “verdadeira”. Nesse contexto, o conceito de totalitarismo parecia o mais adequado para captar o significado de um século profundamente abalado pela violência e pelo extermínio em massa, de que Auschwitz e Kolyma são os ícones.

Perante a derrota dos seus inimigos, o liberalismo do Ocidente celebrou seu triunfo definitivo. Originalmente formulada em termos hegelianos por Francis Fukuyama em 1989,³ essa interpretação autocongratatória

³ Para uma reconstituição crítica desse debate, ver: Perry Anderson. *“The End of History”: A Zone of Engagement*. Londres: Verso, 1992, pp. 279-375. [Ed. bras.: *Zona de compromisso*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.]

é subjacente a muitos trabalhos acadêmicos da virada do século, desde *A tragédia soviética*, de Martin Malia, até *O passado de uma ilusão*, de François Furet.⁴ Convergência similar entre engajamento acadêmico e político dá forma à mais recente e impressionante onda “totalitária” voltada contra o terrorismo islâmico, a nova ameaça que desafia o Ocidente. O antigo conflito entre “mundo livre” e totalitarismo (fascista ou comunista) foi substituído por um “choque de civilizações” em que o totalitarismo assume nova face.

⁴ Martin Malia. *The Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1999*. Nova York: Free Press, 1994; François Furet. *The Passing of an Illusion: The Idea of Communism in the Twentieth Century*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. [Ed. bras.: *O passado de uma ilusão*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.]

ESTÁGIOS NA HISTÓRIA DE UM CONCEITO

As premissas da ideia de totalitarismo emergiram durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que, muito antes da ascensão dos regimes de Adolf Hitler e Joseph Stálin, foi retratada como uma “guerra total”.⁵ Como conflito moderno enquadrado na era da democracia e da sociedade de massas, a Segunda Guerra absorveu recursos materiais, mobilizou forças sociais e econômicas, transformando tanto a menta-

⁵ Verificar o terceiro volume (de uma coletânea com cinco publicações) da Cambridge University Press sobre a guerra total: Roger Chickering e Stig Förster (orgs.). *Great War, Total War: Combat and Mobilization on the Western Front, 1914-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Sobre esse conceito controverso, ver: Hans-Ulrich Wehler. “‘Absoluter’ und ‘totaler’ Krieg: Von Clausewitz to Ludendorff”. *Politische Vierteljahresschrift*, v. 10, n. 2, 1969; e também: Talbot Imlay. “Total War”. *Journal of Strategic Studies*, v. 30, n. 3, 2007, pp. 547-70.

lidade quanto a cultura dos países europeus. Nascida como uma guerra clássica entre Estados, em que as regras do direito internacional precisavam ser respeitadas, ela se converteu rapidamente em massacre gigantesco e industrial. A “guerra total” inaugurou a era do extermínio tecnológico e da morte anônima em massa; produziu o genocídio armênio (o primeiro do século 20) e prefigurou o Holocausto, que não podia ser compreendido sem esse precedente histórico de uma matança industrial planejada para um continente.⁶ Portanto, a Primeira Guerra foi uma experiência fundadora: forjou um novo éthos guerreiro, em que os velhos ideais de heroísmo e respeito às regras mesclaram-se à tecnologia moderna; o niilismo se tornou “racional”; o combate era concebido como destruição

⁶ Sobre a relação simbiótica entre guerra e genocídio, ver: Robert Gellately e Ben Kiernan (orgs.). *The Specter of Genocide: Mass Murder in Historical Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

metódica do inimigo; e a perda de um enorme número de vidas humanas podia ser antevista ou planejada como um cálculo estratégico. Em certa medida, a ideia de totalitarismo resultou de um processo de brutalização da política que marcou o imaginário de toda aquela geração.⁷ Em pouco tempo, a “guerra total” se tornou o “Estado total”. Além disso, a ideia de totalitarismo pertence a um século no qual, muito além dos interesses geopolíticos e das pretensões territoriais, as guerras punham em confronto valores e ideologias inconciliáveis. Esse tempo precisava de novos conceitos capazes de captar seu espírito, e “totalitarismo” foi um de seus neologismos mais bem-sucedidos.

⁷ Sobre a “brutalização da política” perpetrada pela guerra total, ver: George L. Mosse. *Fallen Soldier: Reshaping the Memory of the World Wars*. Nova York: Oxford University Press, 1990, pp. 159-81; Omer Bartov. “The European Imagination in the Age of Total War”. In: Omer Bartov. *Murder in Our Midst: The Holocaust, Industrial Killing, and Representation*. Nova York: Oxford University Press, 1990, pp. 33-50.

Pouquíssimas palavras do nosso léxico político e histórico são tão maleáveis, elásticas, polimórficas e, finalmente, ambíguas quanto “totalitarismo”. Ela foi adotada por todas as correntes do pensamento político contemporâneo, do fascismo ao antifascismo, do marxismo ao liberalismo, do anarquismo ao conservadorismo. O adjetivo *totalitario*, forjado no início dos anos 1920 pelos antifascistas italianos para identificar a inédita ditadura de Benito Mussolini, foi posteriormente apropriado pelos próprios fascistas. Enquanto para Giovanni Amendola o “sistema totalitário” fascista era sinônimo de tirania,⁸ o fascismo tentava

⁸ Giovanni Amendola (1882-1926): jornalista e político antifascista italiano. Com a ascensão de Benito Mussolini ao poder, na década de 1920, ocupou um lugar de destaque na oposição, fosse na publicação de artigos críticos em seu jornal *Il Mondo* (1922-1926), fosse na composição de uma frente parlamentar empenhada na resistência ao avanço fascista. Mais tarde, abandonou seu cargo na administração pública, acompanhado por outros companheiros. Em 1926, foi víti-

claramente conceitualizar – e sacralizar – uma nova forma de poder. No famoso artigo escrito em 1932 para a *Enciclopedia italiana*, Mussolini e Giovanni Gentile reivindicaram a natureza “totalitária” da ditadura que lideravam: a abolição de qualquer distinção entre Estado e sociedade civil, além do nascimento de uma nova civilização corporificada num Estado monolítico.⁹ À diferença de muitos nacionalistas e “revolucionários conservadores” da República de Weimar (1918-1933), que de Ernst Jünger a Carl Schmitt desejavam uma “mobilização total” e um “Estado total” inspirados

ma de atentado organizado por um grupo fascista. [N. T.]

⁹ Jens Petersen. “La nascita del concetto di ‘statto totalitario’ in Italia”. *Annali dell’Istituto Storico Italo-Germanico di Trento*, v. 1, 1975, pp. 143-68. Esse artigo foi escrito por Giovanni Gentile e Benito Mussolini, mas assinado apenas pelo segundo: Benito Mussolini. “The Political and Social Doctrine of Fascism”. *Political Quarterly*, v. 4, n. 7, 1933, pp. 341-56. [Ed. bras.: *Fascismo*. Trad. Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.]

no fascismo italiano, o nacional-socialismo evitava esse conceito político.¹⁰ De acordo com Hitler e Joseph Goebbels, o regime nazista não era um “Estado totalitário”, mas um “Estado racial” (*völkische Staat*).¹¹ Apesar da crescente convergência ideológica ratificada em 1938 pela legislação racial e antissemita italiana, permaneceram algumas diferenças cruciais entre o fascismo e o nacional-socialismo, que tinham visões de mundo baseadas, respectivamente, no Estado e na raça (*Volk*).

Durante os anos 1930, quando “totalitarismo” se tornou um conceito disseminado

¹⁰ Ernst Jünger. “Total Mobilization”. In: Richard Wolin (org.). *The Heidegger Controversy: A Critical Reader*. Cambridge: MIT Press, 1993, pp. 119-38; Carl Schmitt. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press, 2007, pp. 22-5. [Ed. bras.: *O conceito de político*. Trad. Alvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes 1992.]

¹¹ Ver a transição da perspectiva “total” dos “revolucionários conservadores” para a ideia nazista de Estado “racial” em: Ernst Forsthooff. *Der totale Staat*. Hamburgo: Hanseatische, 1933.

entre exilados antifascistas italianos e alemães, a palavra também apareceu nos escritos de alguns dissidentes soviéticos – sobretudo Victor Serge¹² – e se tornou instrumental na crítica às características autoritárias comuns entre o fascismo, o nacional-socialismo e o stalinismo. Exilados católicos e protestantes, pensadores liberais clássicos, marxistas heterodoxos e escritores semianarquistas, todos descreveram as novas ditaduras europeias como “totalitárias”. Em 1939, o Pacto Germano-Soviético¹³

¹² Em uma carta de Victor Serge, assinada no dia 1º de fevereiro de 1933, aos seus amigos franceses Magdeleine e Maurice Paz, o dissidente soviético definiu a URSS como “um Estado absoluto, ‘castocrático’ [*castocratique*] e totalitário”. Ver: Victor Serge. *Memoirs of a Revolutionary*. Nova York: *New York Review of Books*, 2012, p. 326. [Ed. bras.: *Memoórias de um revolucionário*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.]

¹³ Também conhecido como Pacto Molotov-Ribbentrop, consistiu em um acordo de não agressão assinado entre o Terceiro Reich e a União Soviética. Em 1941, o tratado foi rompido quando tropas nazistas invadiram territórios soviéticos.

legitimou em pouco tempo o conceito, que até aquele momento tinha um status bastante precário e incerto. Ainda em 1939, o primeiro simpósio internacional sobre o totalitarismo aconteceu na Filadélfia, reunindo pesquisadores de diferentes disciplinas, entre os quais um expressivo número de refugiados.¹⁴ Pelo menos até o ataque alemão contra a URSS em 1941, era comum falar da Rússia comunista como “fascismo vermelho”, e da Alemanha nazista como “bolchevismo pardo”.¹⁵

Um esboço sintético sobre a história do “totalitarismo” pode ajudar a discernir oito momentos: o surgimento do conceito na Itália

ticos, pondo em prática a Operação Barbarossa, o plano nazista para derrotar a URSS e explorar recursos estratégicos na região do Cáucaso. [N. T.]

¹⁴ Carlton J. Hayes reuniu os trabalhos apresentados nessa conferência em um volume especial: *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 82, n. 5, 1940.

¹⁵ Franz Borkenau. *The Totalitarian Enemy*. Londres: Faber & Faber, 1940.

dos anos 1920; sua disseminação na década de 1920 entre exilados políticos e os próprios fascistas; seu reconhecimento acadêmico em 1939, depois do Pacto Germano-Soviético; a aliança entre antifascismo e antitotalitarismo a partir de 1941; a redefinição do antitotalitarismo como sinônimo de anticomunismo durante a Guerra Fria; a crise e o declínio do conceito entre os anos 1960 e 1980; seu renascimento na década de 1990 como paradigma retrospectivo que permitia conceituar os cem anos anteriores; e, finalmente, sua remobilização depois do 11 de Setembro de 2001, na luta contra o fundamentalismo islâmico. Esse esboço de divisão em períodos revela tanto a força quanto a notável flexibilidade de um conceito permanentemente empregado contra alvos diferentes e às vezes intercambiáveis. Ao longo de todos esses estágios, ele dá conta do aparecimento de uma nova forma de poder que não se encaixa nas categorias

tradicionais – absolutismo, ditadura, tirania, despotismo – elaboradas pelo pensamento político clássico, de Aristóteles a Max Weber; poder que não corresponde à definição de “despotismo” – uma ordem arbitrária, sem leis, baseada no medo – que Montesquieu apresentou em *O espírito das leis*.¹⁶ No dizer de Hannah Arendt, o século 20 produziu uma simbiose entre ideologia e terror.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o eixo da discussão deslocou-se da Europa para os Estados Unidos, seguindo a tendência de uma migração transatlântica em massa de culturas, conhecimentos e pessoas. Visto pelo prisma da história intelectual, ele transformou-se numa controvérsia ideológica entre exilados. Antes de ser afetado por questões geopolíticas e acabar confinado aos

¹⁶ Montesquieu. *O espírito das leis*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1993, II, ix-x.

limites das relações exteriores do Ocidente, o conceito de totalitarismo expressava a vitalidade de acadêmicos politicamente engajados, exilados dos seus países natais e reassentados em um novo mundo, onde tomaram contato com as culturas políticas e as instituições norte-americanas. Especialmente para os exilados judeus-alemães – o núcleo duro dessa *Wissentransfer*¹⁷ do outro lado do Atlântico –, definir o totalitarismo significava confrontar e assimilar uma cultura da liberdade que lhes parecia nova e forte, como a democracia americana descoberta por Alexis de Tocqueville mais de um século antes. O historiador exilado George L. Mosse captou esse deslocamento cultural e existencial numa fórmula notável:¹⁸ da *Bildung*

¹⁷ *Wissentransfer*: em tradução livre, “transferência de conhecimento”. [N. T.]

¹⁸ George L. Mosse. “The End Is Not Yet: A Personal Memoir of the German-Jewish Legacy in America”. In: Abraham Peck (org.). *The German-Jewish Legacy in America, 1933-*

para a *Bill of Rights*.¹⁹ Resgatados por um êxodo moderno, esses pesquisadores refugiados julgavam que o totalitarismo estava no centro de uma catástrofe histórica, entre o naufrágio apocalíptico da Europa e a revelação de um novo mundo. Foi nos anos pós-Segunda Guerra Mundial que o fim da aliança entre antifascismo e antitotalitarismo veio a confrontá-los com novos dilemas morais e políticos.

1988: *from Bildung to the Bill of Rights*. Detroit: Wayne State University Press, 1989, pp. 13-6.

¹⁹ Aqui está em jogo a oposição entre duas concepções distintas da formação pessoal e subjetiva em países germânicos (*Bildung*) e anglo-saxônicos (*Bill of Rights*). A primeira se refere a um processo formativo influenciado por experiências que podem abranger desde a educação formal nas diversas áreas de conhecimento até a produção artística e o contato com culturas desconhecidas (através de viagens, por exemplo). Já a segunda chama atenção para a carta inglesa, assinada em 1689, no contexto da Revolução Gloriosa (1688-1689), que assenta princípios de direitos naturais liberais importantes para a conformação cultural de países como a Inglaterra e os Estados Unidos. [N. T.]

Efetivamente, os primeiros sete estágios desse debate poderiam ser reunidos em dois grandes momentos: o período do nascimento e da difusão do conceito (1925-1945); e seu apogeu e declínio no Ocidente (1950-1990), quando ele perde o status consensual anterior. Durante o primeiro momento, sua função predominante era crítica, na medida em que servia de instrumento para atacar Mussolini, Hitler e Stálin. No segundo período, preencheu basicamente uma função apologetica: a defesa do “mundo livre” ameaçado pelo comunismo. Em outras palavras, com o fim da Segunda Guerra Mundial, totalitarismo tornou-se sinônimo de comunismo, assim como antitotalitarismo passou a significar, simplesmente, anticomunismo. Na República Federal da Alemanha (1949-1990),²⁰ onde ele se tornou a base filosófica

²⁰ Popularmente chamada Alemanha Ocidental, a Repú-

da *Grundgesetz*,²¹ um véu de esquecimento caiu sobre os crimes nazistas, removidos como um empecilho para a “elaboração do passado” (*Verarbeitung der Vergangenheit*).²² Em nome da luta contra o totalitarismo, o “mundo livre” apoiou violentas ditaduras militares tanto na Ásia (desde a Coreia do Sul até a Indonésia e o Vietnã) quanto na América Latina (da Guatemala ao Chile). Durante essas décadas, aquela aliança ce-

blica Federal da Alemanha (RFA, *Bundesrepublik Deutschland*) foi criada durante a ocupação dos Aliados após a Segunda Guerra Mundial. Corresponde à porção alemã sob maior influência dos Estados Unidos e do modelo econômico capitalista durante a conjuntura da Guerra Fria. Com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, teve início a reunificação alemã, com a integração administrativa, econômica e territorial da República Democrática da Alemanha (RDA), a Alemanha Oriental, que correspondia à porção socialista próxima à URSS. [N. T.]

²¹ Constituição da República Federal da Alemanha. [N. T.]

²² Ver: Wolfgang Wipperman. *Totalitarismustheorien*. Darmstadt: Primus, 1997, p. 45.

lebrada nos anos 1930 entre antifascismo e “mundo livre” foi rompida, e a própria palavra “totalitarismo” viu-se banida da cultura de esquerda. Apenas alguns poucos hereges, como Herbert Marcuse nos Estados Unidos e um pequeno círculo de socialistas franceses antistalinistas, reunidos em torno da revista *Socialisme ou Barbarie* (Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e Jean-François Lyotard),²³ persistiram na reafirmação de seu antitotalitarismo. Assim, “totalitarismo” converteu-se, antes de mais nada, numa palavra anglo-americana, consideravelmente negligenciada na Europa continental, exceto

²³ Sobre a revista antitotalitária *Socialisme ou Barbarie*, criada em 1947 por Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, ver: Michael Scott Christofferson. *French Intellectuals Against the Left: The Antitotalitarian Moment of the 1970s*. Londres: Berghahn Books, 2004, principalmente o primeiro capítulo, pp. 27-88. E também: Douglas Kellner (org.). *Technology, War and Fascism: Collected Papers of Herbert Marcuse*. Londres: Routledge, 1998.

na Alemanha Ocidental – um posto avançado na geopolítica da Guerra Fria. Na França e na Itália, onde os partidos comunistas tiveram um papel hegemônico na resistência ao nazismo e ao fascismo, algumas peças cruciais desse debate, como os trabalhos de Hannah Arendt ou Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, foram ignorados ou nem mesmo traduzidos. A difusão do conceito baseava-se, acima de tudo, em uma rede de revistas ligadas ao Congresso pela Liberdade Cultural (*Encounter*, *Der Monat*, *Preuves*, *Tempo Presente*, e assim por diante), que foram rapidamente dissolvidas em 1968, após a revelação dos seus laços financeiros com a CIA.²⁴ Durante as décadas de 1960 e 1970,

²⁴ Sobre a história dessa instituição, ver: Peter Coleman. *The Liberal Conspiracy: The Congress for Cultural Freedom and the Struggle for the Mind in Postwar Europe*. Nova York: Free Press, 1989. Ver, também: Gilles Scott-Smith. *The Politics of Apolitical Culture: The Congress for Cultural*

os anos das revoltas juvenis e das campanhas contra a Guerra do Vietnã, o uso do conceito entrou em declínio até mesmo na Alemanha e nos Estados Unidos, onde ele parecia irremediavelmente contaminado pela propaganda anticomunista. Quando Herbert Marcuse pronunciou essa palavra durante uma palestra na Universidade Livre de Berlim, Rudy Dutschke²⁵ repreendeu-o por “adotar a linguagem do inimigo”.²⁶

Freedom, the CIA, and Post-War American Hegemony. Nova York: Routledge, 2002.

²⁵ Alfred Willi Rudolf “Rudy” Dutschke (1940-1979): uma das principais lideranças do movimento estudantil alemão na década de 1960, especialmente em 1968. De inspiração marxista radical e revolucionária, foi vítima de um atentado no ano de 1968 (um tiro na cabeça) que lhe provocou sequelas (epilepsia, principalmente) e, por fim, a morte, em 1979 (afogado em uma banheira durante uma crise epilética). [N. T.]

²⁶ Ver: William David Jones. *German Socialist Intellectuals and Totalitarianism*. Urbana: University of Illinois Press, 1999, pp. 192-97.

DESLOCAMENTO DA TEORIA POLÍTICA PARA A HISTORIOGRAFIA

Hegemônica nos anos pós-Segunda Guerra entre estudiosos norte-americanos e alemães, a interpretação totalitária do fascismo e do comunismo foi cada vez mais contestada a partir da década 1970, e finalmente abandonada pela nova geração de historiadores do social e do político que se identificavam como “revisionistas”.²⁷ Para muitos deles, essa interpretação parecia epistemologicamente estreita, politicamente ambígua e, em última análise, desprovida de utilidade. Ao contrário da teoria política, interessada na definição da natureza e das formas de poder, a pesquisa histórica lida com as origens, o desenvolvimento, a dinâmica global

²⁷ Sheila Fitzpatrick. “Revisionism in Soviet History”. *History and Theory*, v. 46, n. 4, 2007, pp. 77-91.

e o resultado final dos regimes políticos, descobrindo diferenças importantes entre o nazismo e o stalinismo que puseram inevitavelmente em questão qualquer tentativa de reuni-los numa categoria única.

Os historiadores ignoraram amplamente o livro *As origens do totalitarismo* (1951), de Hannah Arendt, que contribuiu de maneira decisiva para a difusão do conceito na academia e no debate público. Arendt dedicou muitas páginas esclarecedoras à análise do nascimento de pessoas sem Estado antes de tudo no final da Primeira Guerra (com a queda dos velhos impérios multinacionais) e, depois, com a promulgação em vários países europeus de leis antisemitas, que transformaram os judeus em párias. De acordo com a interpretação da autora, a existência de um enorme contingente de seres humanos privados de cidadania foi uma pré-condição fundamental para o Holocausto. Arendt sustenta que, antes

mesmo do recurso às câmaras de gás, os nazistas já haviam compreendido que nenhum país reivindicaria os refugiados judeus: “O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes da ameaça do direito à vida”.²⁸ Ela sugere também uma continuidade histórica entre o colonialismo e o nacional-socialismo, enfatizando sua descendência ideológica e material. O domínio imperial da África foi o laboratório da fusão entre administração e massacre que será posta em prática pela violência totalitária algumas décadas mais tarde na Europa. Surpresos pela heterogeneidade de um livro dividido em três seções que não estão explicitamente relacionadas entre si – antissemitismo, imperialismo e totalitarismo –, os historiadores preferiram

²⁸ Hannah Arendt. *The Origins of Totalitarianism*. Nova York: Houghton Mifflin, 1973. p. 296. [Ed. bras.: *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.]

ignorá-lo, até recuperá-lo quatro décadas mais tarde no âmbito dos estudos pós-coloniais.²⁹

A indiferença (ou a relutância) dos historiadores resultava principalmente da onipresença do modelo totalitário, que lhes parecia tão genérico que se tornava finalmente inútil. Em *Ditadura totalitária e autocracia* (1956), um livro canônico para duas gerações de cientistas políticos, Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski apontam diversas afinidades incontestáveis entre o nacional-so-

²⁹ Ver, por exemplo: Dirk Moses. “Hannah Arendt, Colonialism, and the Holocaust”. In: Volker Langbehn e Mohammad Salama (orgs.). *German Colonialism: Race, the Holocaust, and Postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011, pp. 72-90; Pascal Grosse. “From Colonialism to National Socialism to Postcolonialism: Hannah Arendt’s *Origins of Totalitarianism*”. *Postcolonial Studies*, v. 9, n. 1, pp. 35-52, 2006; Michael Rothberg. “At the Limits of Eurocentrism: Hannah Arendt’s *The Origins of Totalitarianism*”. In: Michael Rothberg. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009, pp. 33-65.

cialismo e o comunismo, definindo o totalitarismo como uma “correlação sistêmica” entre as seguintes características: a) a supressão tanto da democracia quanto do Estado de direito (liberdades constitucionais, pluralismo, separação de poderes); b) a instauração de um governo de partido único, presidido por um líder carismático; c) a afirmação de uma ideologia oficial através do monopólio estatal dos meios de comunicação, até a criação dos ministérios de propaganda; d) a transformação da violência em forma de governo através de um sistema de campos de concentração destinados aos inimigos políticos e aos grupos excluídos da comunidade nacional; e) a substituição do livre mercado por uma economia planificada.³⁰

³⁰ Zbigniew Brzezinski e Carl J. Friedrich. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1956, em particular cap. 2, “The General Characteristics of Totalitarianism”, pp. 15-26.

Todas essas características são facilmente detectáveis, em diferentes graus, tanto no comunismo soviético quanto no nacional-socialismo alemão, mas a imagem que emerge desse balanço é estática, formal e superficial: o totalitarismo é um modelo abstrato. Seu controle total, tanto da sociedade quanto dos indivíduos, remete mais às fantasias literárias – de Aldous Huxley a George Orwell – do que aos regimes fascistas e comunistas reais. Desde os anos de guerra, alguns intelectuais exilados inverteram aquela visão do Terceiro Reich como um Leviatã monolítico – que, basicamente, era uma autorrepresentação nazista –, e Franz Neumann o retratou, de modo provocador, como um Beemote:³¹ “um

³¹ Aqui, o autor contrasta duas figuras bíblicas: Leviatã e Beemote. Em Thomas Hobbes (1588-1679), tais imagens simbolizam diferentes conotações metafóricas e políticas acerca da autoridade central do Estado e sua capacidade organizativa da vida social (Leviatã), ou da falta delas (Beemote). [N. T.]

não Estado, o caos, o governo da ilegalidade, da desordem e da anarquia”.³² Nos anos 1970, alguns historiadores da escola funcionalista alemã analisaram o nazismo como um “sistema policrático”, baseado em diferentes núcleos de poder (o partido nazista, o exército, as elites econômicas, a burocracia de Estado) unidos por um líder carismático, que Hans Mommsen não hesitou em chamar de “ditador fraco”.³³

³² Franz Neumann. *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. Nova York: Harper & Row, 1966. Praticamente ao mesmo tempo, outro estudioso exilado apontou o caráter anômico da Alemanha nazista no contexto de guerra civil internacional: Sigmund Neumann. *Permanent Revolution: The Total State in a World at War*. Nova York: Harper, 1942.

³³ Elaborado por Franz Neumann. *Behemoth* (cit.), o modelo “policrático” inspirou as pesquisas sobre o nacional-socialismo feitas pelos historiadores (conhecidos como representantes da corrente “funcionalista”) do Munich Institut für Zeitgeschichte, sobretudo Martin Broszat (*The Hitler State: The Foundation and Development of the Internal Structure of*

A comparação diacrônica da Alemanha nazista com a URSS revela diferenças significativas. Em primeiro lugar, a duração: enquanto a primeira existiu por doze anos (de 1933 a 1945), a segunda sobreviveu mais de setenta anos. A primeira experimentou uma radicalização crescente até colapsar, submersa na atmosfera apocalíptica no final da Segunda Guerra Mundial que ela própria fomentou e provocou. A segunda emergiu de uma revolução e sobreviveu à morte de Stálin, sucedida por uma longa era pós-totalitária (foi uma crise interna que a derrubou, não uma derrota militar). Em segundo lugar, suas ideologias não poderiam ser mais anta-

the Third Reich. Nova York: Routledge, 2013). Sobre essa corrente historiográfica e a definição de Hans Mommsen sobre Hitler como um ditador “fraco”, ver: Ian Kershaw. *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*. Londres: Bloomsbury, 2015, sobretudo cap. 4, pp. 81-108.

gônicas. O Terceiro Reich de Hitler defendia uma visão de mundo racista, fundamentada na síntese híbrida entre o contra-Iluminismo (*Gegenaufklärung*) e o culto da modernidade técnica, uma mistura das mitologias teutônicas com o nacionalismo de base biológica.³⁴ Quanto ao socialismo real, ele manifestava uma versão escolástica, dogmática e clerical do marxismo, reivindicado como herdeiro autêntico do Iluminismo como filosofia universalista e emancipatória. Por fim, Hitler chegou ao poder legalmente em 1933, quando Hindenburg nomeou-o chanceler (alguns observadores chegaram a classificar essa designação como um “erro de cálculo”³⁵), com a aprova-

³⁴ Jeffrey Herf. *Reactionary Modernism: Technology, Culture, and Politics in Weimar and the Third Reich*. Nova York: Cambridge University Press, 1984, em particular cap. 8, pp. 189-216.

³⁵ Ian Kershaw. *Hitler, 1889-1936: Hubris*. Londres: Allen Lane, 1998, pp. 424-25. [Ed. bras.: *Hitler*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.]

ção das elites tradicionais, tanto econômicas (grandes indústrias, altas finanças, aristocracia proprietária de terras) quanto militares, sem falar dos amplos setores da inteligência nacionalista. O poder soviético, ao contrário, teve origem numa revolução que destronou completamente o regime czarista, expulsou antigos governantes e transformou radicalmente as bases socioeconômicas do país, nacionalizando a economia e criando um outro estrato administrativo.³⁶

Enquanto os estudiosos do totalitarismo concentravam-se nas semelhanças políticas e na afinidade psicológica entre tiranos, os historiadores “revisionistas” enfatizavam a grande diferença entre o carisma de Mussolini ou Hitler e o culto da personalidade na URSS de Stálin. A “aura” que envolvia os corpos e

³⁶ Sheila Fitzpatrick. *The Russian Revolution*. Nova York: Oxford University Press, 1994. [Ed. bras.: *A Revolução Russa*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Todavia, 2017.]

as palavras dos líderes fascistas enquadrava-se muito bem na definição weberiana de poder carismático: eles surgiram como “homens providenciais”, que precisavam de um contato quase físico com seus seguidores; seus discursos tinham uma força magnética e criavam uma comunidade de fiéis ao seu redor. É claro que a propaganda potencializava essa tendência, que ainda assim persistiu como uma das tendências daqueles regimes. Esses líderes deveriam prefigurar o “Homem Novo” fascista, não só através das suas ideias, dos seus valores e de suas decisões, mas também dos seus corpos, das suas vozes e dos seus comportamentos.³⁷

³⁷ Na introdução da sua monumental biografia de Hitler, Ian Kershaw reconhece sua dívida para com a concepção weberiana de liderança carismática: “[...] não deriva de qualidades importantes e demonstráveis de um indivíduo, mas sim da percepção dessas qualidades por um ‘séquito’” (*Hitler, 1889-1936*, cit.). Sobre o carisma de Mussolini, ver os três primeiros capítulos do livro de Sergio Luzzatto (*The Body of Il Duce: Mussolini's Corpse and the Fortunes of Italy*).

O carisma de Stálin era diferente. Ele jamais se mesclava com o povo soviético, que só o via como uma silhueta distante no palco da Praça Vermelha durante os desfiles soviéticos. Sua aura era uma construção puramente artificial. Não foi ele quem criou o bolchevismo ou liderou a Revolução de Outubro (1917), tendo emergido das disputas internas no partido depois da Guerra Civil Russa (1917-1922). Alguns historiadores apontam o caráter “distante” de seu poder pessoal, que era muito mais afastado e menos emocional, ou corpóreo, que o de suas contrapartidas fascistas.³⁸

Nova York: Metropolitan Books, 2005).

³⁸ De acordo com Moshe Lewin, o culto a Stálin era exatamente oposto ao carisma weberiano, na medida em que, no ápice do seu poder, o ditador russo “ficava escondido de seus seguidores e afastado das pessoas mais próximas, sob ameaças de morte”. Moshe Lewin. “Stalin in the Mirror of the Other”. In: Moshe Lewin e Ian Kershaw (orgs.). *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*. Nova York: Cambridge University Press, 1997, pp. 108-9.

COMPARANDO A VIOLÊNCIA TOTALITÁRIA

Obviamente, a violência era outro ponto crucial do modelo totalitário. A violência stalinista era essencialmente *interna* à sociedade soviética, na tentativa de dominá-la, normalizá-la e discipliná-la, mas também de transformá-la, ainda que por meios coercitivos. A vasta maioria das suas vítimas era de cidadãos soviéticos, na maior parte russos, o que se aplica tanto às vítimas dos expurgos políticos (ativistas, servidores públicos, funcionários do partido e oficiais das forças armadas) quanto às vítimas da repressão social da coletivização forçada (kulaks deportados, criminosos e indivíduos “associais”). As comunidades nacionais punidas por uma suposta colaboração com o inimigo durante a Segunda Guerra Mundial – tchechenos, tártaros da Crimeia, alemães do Volga e outros – eram pequenas minorias diante do conjunto das víti-

mas do stalinismo. A violência nazista, ao contrário, era principalmente externa, isto é, projetada para fora do Terceiro Reich. Depois da “sincronização” (*Gleichschaltung*) da sociedade alemã (uma intensa onda de repressão dirigida primeiramente contra a esquerda e os sindicatos), a violência nazista intensificou-se durante a guerra. Relativamente suave no interior da comunidade nacional “racialmente” circunscrita e controlada por uma polícia capilarizada, ela avançou sem parar contra algumas categorias excluídas do *Volk* (judeus, ciganos, deficientes, homossexuais) e finalmente se estendeu para as populações eslavas dos territórios conquistados, os prisioneiros de guerra e para os antifascistas deportados, cujo tratamento variava segundo uma evidente hierarquia racial (as condições dos presos britânicos eram incomparavelmente melhores que a dos soviéticos, por exemplo).

Antes de serem elucidadas por historiadores acadêmicos com provas empíricas im-

pressionantes, essas diferenças foram mencionadas nos escritos de muitos pensadores políticos da década de 1950. Raymond Aron, um dos raros analistas franceses que não rejeitaram a noção de totalitarismo, apontava as diferenças entre nazismo e stalinismo ao enfatizar seus resultados finais: os campos de trabalho forçado da URSS e as câmaras de gás do Terceiro Reich.³⁹ O projeto social de Stálin, que pretendia modernizar a URSS com os planos quinquenais para a indústria e a coletivização da agricultura, certamente não era irracional em si. Os meios empregados para atingir tais objetivos, no entanto, não eram apenas autoritários e desumanos, mas também, em última instância, economicamente ineficazes. O trabalho forçado nos gulags, a “exploração militar e feudal do campesinato”,

³⁹ Ver: Raymond Aron. *Démocratie et totalitarisme*. Paris: Gallimard, 1965. [Ed. port.: *Democracia e totalitarismo*. Trad. Frederico Montenegro. Lisboa, Presença, 1966.]

a eliminação de uma parte significativa da elite militar durante os expurgos de 1936 a 1938 produziram resultados catastróficos: colapso da produção agrícola, fome e redução populacional, comprometendo o próprio projeto de modernização.⁴⁰

O mais chocante no nazismo, por sua vez, é precisamente a contradição entre a racionalidade dos seus procedimentos e a irracionalidade (humana, social e até econômica) do seu objetivo: reorganizar a Alemanha e a Europa

⁴⁰ Verificar as conclusões de Nicolas Werth. "A State Against its People: Violence, Repression, and Terror in the Soviet Union". In: Stéphane Courtois (org.). *The Black Book of Communism: Crimes, Terror, Repression*. Nova York: Harvard University Press, 1999, pp. 261-8. [Ed. bras.: *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.] (A expressão entre aspas é uma citação de Nikolai Bukharin.) Sobre a coletivização da agricultura soviética, ver Andrea Graziosi. *The Great Soviet Peasant War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

continental segundo uma escala de hierarquias raciais.⁴¹ Em outras palavras, o nazismo combinava a “razão instrumental” com a forma mais radical de irracionalismo herdada do contra-Iluminismo. Nos campos de extermínio – uma ilustração eloquente desse modernismo reacionário –, os métodos de produção industrial e administração científica eram empregados na matança. Durante a Segunda Guerra, o extermínio de judeus tornou-se irracional mesmo do ponto de vista militar e econômico, na medida em que foi implementado pela eliminação de uma força de trabalho potencial e drenava recursos destinados ao esforço de guerra. Como diz Arno J. Mayer, o Holocausto deve sua forma a uma tensão

⁴¹ Para uma análise completa do projeto nazista de remodelar a sociedade alemã segundo uma escala de hierarquia racial, ver: Michael Burleigh e Wolfgang Ippenman. *The Racial State: Germany, 1933-1945*. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

permanente entre preocupações econômicas “racionais” e os imperativos ideológicos que prevaleceram, no fim das contas.⁴² Os estudos acadêmicos mais recentes comprovam que as lideranças nazistas tentaram estruturar essa política de extermínio a partir de uma base econômica racional (o que esclarece alguns aspectos do Holocausto), mas esse objetivo foi questionado e finalmente abandonado no decorrer da guerra.⁴³

⁴² Ver: Arno J. Mayer. *Why Did the Heavens Not Darken? The “Final Solution” in History*. Nova York: Pantheon Books, 1988, p. 331. Os campos de concentração funcionavam exclusivamente como lugares de extermínio, mas também eram, contraditoriamente, subordinados à autoridade do WVHA (*Wirtschafts-Verwaltungshauptamt*), a Sede Econômica e Administrativa. Raul Hilberg menciona esse “dilema” como uma “questão completamente interna da SS” (*The Destruction of the European Jews*. Chicago: Quadrangle Books, 1967. p. 557).

⁴³ Ver: Götz Aly. *Hitlers Beneficiaries: Plunder, Race War, and the Nazi Welfare State*. Nova York: Metropolitan Books, 2007; Adam Tooze. *Wages of Destruction: The Making and*

Na URSS, os presos dos gulags (chamados de *zeks*) foram explorados na colonização dos territórios siberianos, no desmatamento de certas regiões, na construção de ferrovias e na edificação de usinas e indústrias, além da criação de novas cidades. Ali, métodos brutais de escravidão eram empregados na “construção do comunismo”, ou seja, na criação das bases da modernidade.⁴⁴

Breaking of the Nazi Economy. Nova York: Penguin Books, 2006. [Ed. bras.: *O preço da destruição: construção e ruína da economia alemã*. Trad. Sérgio Duarte. Rio de Janeiro: Record, 2013.] Uma crítica interessante à tese da racionalidade econômica do Holocausto, concentrada nas obras anteriores de Aly, foi escrita por Dan Diner (“On Rationality and Rationalization: An Economistic Explanation of the Final Solution”. In: Dan Diner. *Beyond the Conceivable: Studies on Germany, Nazism, and the Holocaust*. Berkeley: University of California Press, 2000, pp. 138-59.

⁴⁴ Segundo Anne Applebaum: “Era estranho, mas era verdade: em Kolyma e em Komi, o Gulag levou aos poucos a ‘civilização’ (se assim podemos chamá-la) para as regiões desérticas. Estradas eram construídas onde existiam ape-

De acordo com Stephen Kotkin, o diferencial do stalinismo não estava “na formação de um Estado gigantesco por meio da destruição da sociedade”, mas “na criação, junto com esse Estado, de uma nova sociedade”.⁴⁵ Na Alemanha nazista, as descobertas científicas mais avançadas, a tecnologia e a indústria eram mobilizadas para a destruição de vidas humanas.

nas florestas, casas eram edificadas em regiões pantanosas. Populações nativas eram afastadas com o objetivo de abrir espaço para a estruturação de cidades, fábricas e ferrovias” (*Gulag: A History*. Nova York: Doubleday, 2003, pp. 89-90. [Ed. bras.: *Gulag: uma história polêmica dos campos de prisioneiros soviéticos*. Trad. Mario Vilela e Ibraima Dafonte. São Paulo: Ediouro, 2004.]) Para Mayer, o Gulag preenchia uma “dupla função: servir como instrumento de reforço para o terror e também como um recurso econômico de trabalhos forçados” (Arno J. Mayer. *The Furies: Violence and Terror in the French and Russian Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 640).

⁴⁵ Stephen Kotkin. *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization*. Berkeley: University of California Press, 1995, p. 2.

Sonia Combe esboçou uma comparação esclarecedora entre duas figuras que incorporavam a violência stalinista e nazista: Sergei Evstigneu, diretor de Ozerlag, um Gulag siberiano perto do lago Baikal, e Rudolf Höss, o mais famoso comandante de Auschwitz.⁴⁶ Entrevistado no começo dos anos 1990, Evstigneu não escondeu certo orgulho de suas conquistas. Seu trabalho consistia em “reeducar” os prisioneiros e, acima de tudo, construir uma ferrovia, o “caminho” do comunismo. Para atingir seu objetivo, pôde explorar a força de trabalho dos deportados, que poupava ou “consumia” segundo suas próprias exigências. A sobrevivência ou a morte dos *zeks* dependia das escolhas de Evstigneu, que, em última instância, eram fixadas pelas autoridades centrais soviéticas: sob condições terríveis, milhares de

⁴⁶ Sonia Combe. “Evstigneu, roi d’Ozerlag”. In: Alain Brosat (org.). *Ozerlag, 1937-1964*. Paris: Editions Autrement, 1991, pp. 214-27.

prisioneiros morreram trabalhando como escravos na construção do “caminho”. Em Ozerlag, a morte era consequência do clima e do trabalho forçado. Evstignev avaliava a eficiência de Ozerlag calculando quantos quilômetros de ferrovia eram construídos por mês.

Rudolf Höss, por sua vez, comandou uma rede de campos de concentração cujo núcleo era Auschwitz-Birkenau, um centro de extermínio industrial. O critério básico para calcular a “produtividade” do estabelecimento era o número de mortos, que crescia ou diminuía de acordo com a eficiência tanto dos transportes quanto da tecnologia. Em Auschwitz, a morte não era um efeito colateral do trabalho forçado, era o propósito mesmo do campo. Entrevistado por Claude Lanzmann em *Shoah* (1985), Franz Suchomel, ex-oficial da SS, fala de Auschwitz como “uma fábrica”, e de Treblinka como “uma linha de produção da morte, que embora

primitiva era eficiente”.⁴⁷ A partir de declarações como essas, Zygmunt Bauman analisou o Holocausto como um ilustrativo “manual de administração científica”.⁴⁸

É claro que nenhum observador razoável pode negar que o nazismo e o stalinismo tenham implementado políticas sanguinárias, mas suas respectivas lógicas internas eram radicalmente diferentes, e essa incongruência compromete um conceito como totalitarismo, concentrado exclusivamente nas similaridades entre os dois. Isso explica o ceticismo de tantos historiadores, desde aqueles do

⁴⁷ Claude Lanzmann. *Shoah*. Nova York: Pantheon Books, 1985, p. 52. [Ed. bras.: *Shoah: vozes e faces do Holocausto*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Brasiliense, 1987.] Ver também o memorial escrito por Rudolf Höss em 1946, antes de sua execução (*Commandant of Auschwitz*. Nova York: Orion, 2000).

⁴⁸ Zygmunt Bauman. *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press, 1989, p. 150. [Ed. bras.: *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.]

Munich Insitut für Zeitgeschichte, que analisaram a sociedade alemã por trás da fachada monolítica do regime nazista, até os biógrafos mais recentes de Hitler, além de praticamente todos os historiadores do Holocausto.⁴⁹ No campo de estudos soviéticos, os últimos trabalhos significativos da escola “totalitária” apareceram nos anos 1990, quando ela foi marginalizada por seus críticos “revisionistas”. O último trabalho importante dedicado à comparação entre nazismo e stalinismo, reunindo contribuições de diversos estudiosos ocidentais e russos, é sugestivamente intitulado “Além do totalitarismo”.⁵⁰

⁴⁹ Ver, em particular: Detlev Peukert. *Inside Nazi Germany: Conformity, Opposition and Racism in Everyday Life*. Londres: Penguin Books, 1993.

⁵⁰ Sheila Fitzpatrick e Michael Geyer (orgs.). *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

PADRÕES HISTÓRICOS

Uma virtude potencial do conceito de totalitarismo consiste em favorecer comparações históricas, mas as limitações políticas desse modelo reduzem-nas a um paralelismo binário e sincrônico: Alemanha nazista e URSS nas décadas de 1930 e 1940. Em vez disso, uma comparação diacrônica e multidirecional poderia abrir novas perspectivas interessantes. Não faltam precursores e concorrentes ao stalinismo e ao nazismo.

Para Isaac Deutscher, Stálin foi uma síntese híbrida do bolchevismo e do czarismo, assim como Napoleão incorporava tanto a onda revolucionária de 1789 quanto o absolutismo de Luís XIV.⁵¹ De maneira similar, Arno Mayer retrata Stálin como um “modernizador radi-

⁵¹ Isaac Deutscher. “Two Revolutions”. In: Isaac Deutscher. *Marxism, Wars, and Revolution: Essays from Four Decades*. Londres: Verso, 1984, p. 35. [Ed. bras.: *Marxismo, guerras e revoluções*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Ática, 1991.]

cal”, e seu governo, como “um amálgama desigual e instável de feitos monumentais e crimes monstruosos”.⁵² Quanto à deportação dos kulaks durante a coletivização agrária nos anos 1930, Peter Holquist sugere que ele repetiu fundamentalmente o reassentamento de 700 mil camponeses ao longo de 1860, durante as reformas do czar Alexandre II, como um projeto de russificação da região do Cáucaso.⁵³

O “extermínio dos kulaks”, resultado da “revolução de cima para baixo”, foi concebido e levado a cabo com métodos autoritários e burocráticos, algo mais improvisado do que rigorosamente planejado (com consequências incontrolláveis). Diferente de Auschwitz ou da Operação Barbarossa, a coletivização soviética lembra a grande fome que dizimou

⁵² Arno Mayer. *The Furies*, cit., p. 607.

⁵³ Peter Holquist. “La Question de la violence”. In: Michel Dreyfus (org.). *Le Siècle des communismes*. Paris: Les Éditions de l’Atelier, 2000, pp. 126-27.

a população irlandesa em meados do século 19,⁵⁴ ou a fome em Bengala no ano de 1943. Como demonstram vários trabalhos acadêmicos convincentes, se a morte de civis não era o propósito das operações militares em Bengala, ela foi aceita como um “dano colateral” necessário e marginal, como na Ucrânia entre 1930 e 1933. E até mesmo o desprezo de Stálin pelos camponeses russos não se comparava à visão racista de Churchill acerca dos súditos indianos do Império Britânico.⁵⁵ Mas a abordagem convencional do “totalitarismo” não permite nenhuma comparação com a violência praticada pelos Aliados, visto que foi da responsabilidade de políticos “antitotalitários”.

⁵⁴ Arno Mayer. Arno Mayer. *Why Did the Heavens Not Darken?*, cit., p. 639.

⁵⁵ Ver: Madhusree Mukerjee. *Churchill's Secret War: The British Empire and the Ravaging of India during World War II*. Nova York: Basic Books, 2011.

Até o nazismo teve predecessores históricos. Reduzi-lo a uma reação, ou a uma violência defensiva contra o bolchevismo, significa ignorar suas premissas históricas (culturais e materiais) no racismo e no imperialismo europeus do século 19. O antissemitismo alemão era bem mais antigo do que a Revolução Russa, e o conceito de “espaço vital” (*Lebensraum*) apareceu na virada do século 20 como a versão alemã de uma ideia imperialista já estabelecida no velho continente. Ele refletia uma visão ocidental do mundo não europeu como um espaço aberto à conquista e à colonização.⁵⁶ A ideia do “extermínio” das “raças inferiores” estava presente em toda a cultura europeia, especialmente entre britânicos e franceses. Nas-

⁵⁶ Ver: Enzo Traverso. *The Origins of Nazi Violence*. Nova York: The New Press, 2003, pp. 47-75. Para uma abordagem resumida do imperialismo nazista, ver: Mark Mazowe. *Hitler's Empire: Nazi Rule in Occupied Europe*. Londres: Allen Lane, 2008.

cido com a derrota de 1918, com o colapso do Império Prussiano e a “punição” imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes (1919), o nazismo transferiu para a Europa Oriental as antigas ambições coloniais africanas do pangermanismo. Ainda assim, a Índia Britânica continuou a ser um modelo para Hitler, que concebeu e planejou a guerra contra a URSS como uma colossal campanha de conquista e pilhagem. Diferente do bolchevismo foi o massacre dos hereros (atual Namíbia), perpetrado em 1904 no sudoeste da África pelas tropas do general Von Trotha, que prefigurou a “Solução Final”, tanto na linguagem empregada (*Vernichtung, Untermenschentum*⁵⁷) quanto pelo *modus operandi* (fome, campos, deportação, aniquilação sistemática). O “antecedente lógico e factual” do Holocausto, nas

⁵⁷ *Vernichtung* e *Untermenschentum*: respectivamente, “destruição” e “sub-humanidade”. [N. T.]

palavras de Ernst Nolte, devia ser buscado na história colonial alemã.⁵⁸ Fora da Alemanha, a experiência mais próxima de genocídio antes do Holocausto foi a colonização fascista da Etiópia em 1935, levada a cabo como uma guerra contra as “raças inferiores”, com armas químicas e destruição em massa, incluindo uma enorme campanha de “contrainsurgência” para desmontar as táticas de guerrilha abissínia, que influenciaria mais tarde a *Partisanenkampf*, estratégia militar nazista empregada na invasão da URSS.⁵⁹ Isso sugere ainda que, nos estudos acadêmicos sobre o totalitarismo, a ênfase quase exclusiva na interação

⁵⁸ Isabel V. Hull. *Absolute Destruction: Military Culture and the Practices of War in Imperial Germany*. Ithaca: Cornell University Press, 2005; Gesine Krüger. *Kriegsbewältigung und Geschichtsbewusstsein: Realität, Deutung, und Verarbeitung des deutschen Kolonialkrieg in Namibia, 1904 bis 1907*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1999.

⁵⁹ Ver: Angelo Del Boca. *The Ethiopian War, 1935-1941*. Chicago: Chicago University Press, 1968.

entre nacional-socialismo e bolchevismo desconsidera, implicitamente, suas relações com o fascismo italiano. Karl Dietrich Bracher, um dos defensores mais radicais da ideia de totalitarismo, simplesmente recusou-se a inscrever o nazismo na família do fascismo europeu.⁶⁰ Ao distinguir entre um totalitarismo “de direita” (Alemanha) e um totalitarismo “de esquerda” (Itália), enraizados, respectivamente, na ideologia *völkisch* e na tradição do socialismo soreliano, Renzo De Felice também nega qualquer grau de parentesco entre Hitler e Mussolini: o fascismo, conclui De Felice em termos apologéticos, permanece fora do “cone de sombra” do Holocausto.⁶¹ Outros historia-

⁶⁰ Karl Dietrich Bracher. *The German Dictatorship: The Origins, Structure, and Effects of National Socialism*. Nova York: Praeger, 1970.

⁶¹ Ver a entrevista de Renzo De Felice para Giuliano Ferrara. In: Jader Jacobelli (org.). *Il fascismo e gli storici oggi*. Roma: Laterza, 1987, p. 6.

dores têm enfatizado o caráter totalitário do fascismo (de acordo com Emilio Gentile, ele seria, inclusive, a forma mais bem-acabada de totalitarismo, em razão de sua ênfase no Estado), mas geralmente evitam qualquer comparação com a violência nazista.⁶²

COMPARANDO AS IDEOLOGIAS

O pilar do modelo totalitário acadêmico continua a ser ideológico. Reduzido a um sistema de poder estruturado na ideologia – o que Waldemar Gurian chamava de “ideocracia”⁶³ –, o es-

⁶² Emilio Gentile define o fascismo como “a mais completa racionalização do Estado totalitário”. *Storia e interpretazioni del fascismo*. Roma: Laterza, 2002, p. 272. Ver De Felice também: *La via italiana al totalitarismo: il partito e lo stato nel regime fascista*. Roma: Carocci, 2008. E, também: *Modernità totalitaria: il fascismo italiano*. Rome: Laterza, 2006.

⁶³ Waldemar Gurian. “Totalitarianism as Political Religion”. In: Carl. J. Friedrich (org.). *Totalitarianism: Proceedings of a*

quema propõe uma definição puramente negativa: o totalitarismo como antiliberalismo. Esse é o único modo de reunir fascismo e comunismo na mesma categoria. Porém, ao adotar a perspectiva “ideocrática”, os estudos acadêmicos transformam-se em genealogias, traçando diferentes origens para a perversidade política do século 20. Estudiosos mais conservadores (como Eric Voegelin, por exemplo), veem o totalitarismo como um epílogo da secularização, processo iniciado pela Reforma Protestante que finalmente resultou em um mundo desprovido de qualquer religiosidade: “o fim da busca gnóstica por uma teologia civil”.⁶⁴ A controvérsia mais evidente separa aqueles que

Conference Held by the American Academy of Arts and Sciences. Cambridge: Harvard University Press, 1953, p. 123.

⁶⁴ Eric Voegelin. *The New Science of Politics: An Introduction.* Chicago: University of Chicago Press, 1987, p. 163. [Ed. bras.: *A nova ciência da política.* Trad. José Viegas Filho. Brasília: Editora da UnB, 1979.]

buscam a origem do mal nas potencialidades autoritárias do Iluminismo daqueles que entendem o fascismo como a linha de chegada do contra-Iluminismo. Assim, Isaiah Berlin retrata Rousseau como “um dos mais sinistros e formidáveis inimigos da liberdade no pensamento moderno”,⁶⁵ e Zeev Sternhell vê o fascismo como uma tentativa radical de destruir a tradição “franco-kantiana” do racionalismo, do universalismo e do humanismo.⁶⁶ Outros enfatizam a convergência de tendências antide-

⁶⁵ Isaiah Berlin. *Freedom and its Betrayal: Six Enemies of Human Liberty*. Princeton: Princeton University Press, 2002, p. 49 [Ed. port.: *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*. Trad. Tiago Araújo. Lisboa: Gradiva, 2005.]. Ao mesmo tempo, Berlin também detectou as origens do totalitarismo na apologia do carrasco feita por Joseph de Maistre (“Joseph de Maistre and the Origins of Fascism”. In: Isaiah Berlin. *The Crooked Timber of Humanity*. Nova York: Knopf, 1991 [Ed. bras.: *Limites da utopia: capítulos da história das idéias*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.]

⁶⁶ Zeev Sternhell. *The Anti-Enlightenment Tradition*. New Haven: Yale University Press, 2009.

mocráticas, vindas tanto do Iluminismo radical quanto do nacionalismo étnico, sugerindo genealogias múltiplas e interconectadas. Para Jacob Talmon, o antiliberalismo de esquerda (a democracia radical incorporada por Rousseau, Robespierre e Babeuf) e o irracionalismo de direita (mitologias raciais de Fichte a Hitler) confluíram no totalitarismo, um monstro cujas duas cabeças – comunismo e fascismo – eram igualmente holísticas e messiânicas, opostas, portanto, ao liberalismo empírico e pluralista.⁶⁷ Em *O caminho da servidão*, Friedrich von Hayek identifica a essência do totalitarismo na economia planificada, que remete à crítica socialista da propriedade privada (núcleo da liberdade moderna) que influenciou o nacionalismo radical depois da Primeira Guerra e mais tarde teria produzido o nacional-socialismo.⁶⁸

⁶⁷ Jacob Talmon. *The Origins of Totalitarian Democracy*. Nova York: Norton, 1970.

⁶⁸ Friedrich von Hayek. *The Road to Serfdom*. Londres:

Para além dessas diferenças genealógicas e filosóficas, permanece em aberto o debate sobre a suficiência da ideologia para fornecer uma interpretação satisfatória da violência nazista e stalinista. Para os historiadores que aderiram ao modelo totalitário, essa conclusão é autoevidente.⁶⁹ Ao sustentar uma clara continuidade entre jacobinismo e bolchevismo, que produziram formas similares de violên-

Routledge, 2007. [Ed. bras.: *O caminho da servidão*. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1977.]

⁶⁹ Até a abertura dos arquivos soviéticos, que provocou uma importante revisão acadêmica acerca do número de vítimas do terror stalinista, o trabalho mais disseminado e inspirado por esse modelo totalitário de assassinatos em massa ideologicamente orientados foi escrito por Robert Conquest (*The Great Terror: Stalin's Purges of the Thirties*. Nova York: Macmillan, 1968. [Ed. bras.: *O grande terror: os expurgos de Stálin*. Trad. Henrique Benevides. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.]) Para um balanço sobre esse debate, ver: Nicolas Werth. "Repenser la 'Grande Terreur'". In: Nicolas Werth. *La Terreur et le désarroi: Staline et son système*. Paris: Perrin, 2007, pp. 264-99.

cia em massa, Richard Pipes explica que “o terror estava enraizado nas ideias jacobinas de Lênin”, cujo maior objetivo era o extermínio físico da burguesia, metalogicamente inscrita em sua “doutrina da guerra de classes” e “coerente com sua atitude emocional frente à realidade”.⁷⁰ A seus olhos, o Comitê de Salvação Pública criado em 1793 foi um derivado das *sociétés de pensée*⁷¹ do Iluminismo francês,

⁷⁰ Richard Pipes. *The Russian Revolution*. Nova York: Knopf, 1990, pp. 345, 790, 794. [Ed. bras.: *História concisa da Revolução Russa*. Trad. T. Reis. São Paulo: Best Seller, 2008.]

⁷¹ *Sociétés de pensée*: em tradução livre (utilizada por alguns historiadores lusófonos) do original em francês: “sociedades de pensamento”, ou “sociedades de ideias”. São grupos organizados em torno da circulação de obras iluministas na França do século 18, frequentemente reunidos de maneira clandestina, em virtude da censura sobre determinados autores. Podiam assumir a forma de círculos e sociedades literárias, lojas maçônicas, academias e clubes patrióticos. Na historiografia dedicada à Revolução Francesa, existe um longo debate acerca da relação entre as *sociétés de pensée* e o processo revolucionário. [N. T.]

assim como a Cheka⁷² descendia dos círculos populistas da era czarista, da qual os bolcheviques teriam extraído suas preferências terroristas. Martin Malia retrata o comunismo como consequência de uma utopia perniciosa: “No mundo criado pela Revolução de Outubro, nunca lidamos com uma sociedade, mas com um regime, um regime ‘ideocrático’”.⁷³ O elemento comum dessas interpretações baseava-se na redução de ambas as revoluções, tanto a Francesa quanto a Russa, a surtos de

⁷² Ou Tcheka: abreviatura da Comissão Extraordinária de Toda a Rússia para o Combate à Contrarrevolução e a Sabotagem, criada em 1917. É conhecida como a primeira polícia secreta soviética. [N. T.]

⁷³ Martin Malia. Op. cit., p. 8. Tão discutível quanto a interpretação “ideocrática” do totalitarismo sugerida por A. James Gregor, para quem tanto o fascismo de Mussolini quanto o bolchevismo de Lênin seriam, em última instância, meras variantes do marxismo. Ver: James A. Gregor. *Marxism, Fascism, and Totalitarianism: Chapters in the Intellectual History of Radicalism*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

fanatismo. Pipes compara a revolução a um “vírus”.⁷⁴ Furet, por sua vez, sugere que o Gulag já estava contido no Terror da Revolução Francesa, em razão dos comportamentos supostamente idênticos. “Através da vontade popular”, ele sugeria, “o povo soberano atingiu uma identificação mítica com o poder”, uma crença que seria “a matriz do totalitarismo”.⁷⁵ Da *Historikerstreit*⁷⁶ (a controvérsia alemã entre Jürgen Habermas e Ernst Nolte, em 1986⁷⁷), até *O livro negro do comunismo*

⁷⁴ Richard Pipes. Op. cit., pp. 132-3.

⁷⁵ François Furet. *Interpreting the French Revolution*. Nova York: Cambridge University Press, 1981, p. 180. [Ed. bras.: *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.]

⁷⁶ *Historikerstreit*: literalmente, “disputa dos historiadores”; celeuma entre intelectuais, travada na Alemanha Ocidental, nos anos 1980, sobre como incorporar a Alemanha nazista e o Holocausto na historiografia alemã e, em termos mais gerais, à visão dos alemães sobre eles mesmos. [N.T.]

⁷⁷ Sobre a *Historikerstreit*, ver: Peter Baldwin (org.). *Reworking the Past: Hitler, the Holocaust, and the Historians Deba-*

(o best-seller francês editado por Stéphane Courtois em 1977⁷⁸), a tese de uma identidade substancial entre nazismo e bolchevismo, em que o primeiro leva ao “genocídio racial”, e o segundo, ao “genocídio de classe”, como se os dois compusessem um epifenômeno de essências ideológicas equivalentes, continua a ser bastante popular (apesar de parecer fora de moda na academia, que tem abandonado essa interpretação em favor de abordagens mais nuançadas e multicausais).

O Holocausto é um teste eloquente dessa mudança do paradigma historiográfico. Durante muitas décadas, as pesquisas acadêmicas

te. Boston: Beacon Press, 1990; Richard Evans. *In Hitler's Shadow: West German Historians and the Attempt to Escape from the Nazi Past*. Nova York: Pantheon Books, 1989.

⁷⁸ Sobre o Livro Negro do Comunismo, ver: Enzo Traverso. “The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century”. In: Mike Haynes e Jim Wolfreys (orgs.). *History and Revolution: Refuting Revisionism*. Londres: Verso, 2007, pp. 138-55.

dividiram-se entre duas correntes principais, que Saul Friedländer distingue como *intencionalismo* e *funcionalismo*: a primeira se concentra sobretudo nos impulsos ideológicos, enquanto a segunda se debruça sobre o caráter inesperado do extermínio dos judeus, resultado de escolhas pragmáticas feitas em circunstâncias imprevistas.⁷⁹ Para os historiadores *intencionalistas*, a Segunda Guerra Mundial criou simplesmente uma constelação histórica que possibilitou a efetivação de um projeto tão antigo quanto o próprio antissemitismo. Para os *funcionalistas*, o ódio aos judeus era uma premissa necessária, porém insuficiente, para um projeto engendrado no decorrer da guerra.⁸⁰ Muitos

⁷⁹ Saul Friedländer. "Reflections on the Historicization of National Socialism", in: Saul Friedländer. *Memory, History, and the Extermination of the Jews of Europe*. Bloomington: Indiana University Press, 1993, pp. 64-83.

⁸⁰ Os exemplos mais notáveis dessas abordagens fundamentais são, para a corrente intencionalista, os seguintes trabalhos: Lucy Dawidowicz. *The War against the Jews*,

trabalhos recentes tentaram superar essa antiga discussão, adotando uma abordagem mais ampla sobre a violência nazista, retirando o próprio evento dos limites estreitos dos “estudos do Holocausto”. Assim, a ideologia aparece in-

1933-1945. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1975. E o altamente controverso Daniel J. Goldhagen (*Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and the Holocaust*. Nova York: Vintage, 1997. [Ed. bras.: *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. Trad. Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.]), que estende a intenção genocida de Hitler para toda a população alemã. Para a corrente funcionalista, dois artigos: Martin Broszat. “Hitler and the Genesis of the ‘Final Solution’”. In: H. W. Koch (org.). *Aspects of the Third Reich*. Londres: Macmillan, 1985, pp. 390-429; Hans Mommsen. “The Realization of the Unthinkable: The ‘Final Solution’ of the Jewish Question in the Third Reich”. In: Hans Mommsen. *From Weimar to Auschwitz: Essays on German History*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 224-53. Hoje, o representante mais significativo da escola funcionalista é Götz Aly (“Final Solution”. In: Götz Aly. *Nazi Population Policy and the Murder of the European Jews*. Londres: Arnold, 1999. E o já citado *Hitler's Beneficiaries*.

serida num projeto geopolítico mais amplo e sincrético: um plano colonial a fim de conquistar “espaço vital” para a Alemanha e destruir a URSS (Estado bolchevique que os nazistas identificavam com os judeus). Conquista territorial, destruição do comunismo, redução do suprimento de alimentos, fome generalizada da população eslava, assentamentos alemães, pilhagem dos recursos naturais e extermínio dos judeus: todas essas metas se combinavam numa guerra cujo sentido pode ser sintetizado como uma gigantesca reorganização biológica e política da Europa.

Como Timothy Snyder sugere, o livro *Mein Kampf* se apoia num paradigma cristão – paraíso, queda, êxodo, redenção – e resulta num “amálgama de ideias religiosas e zoológicas”, mas essa tendência a interpretar a história e a sociedade pelo prisma biológico era típica do positivismo do século 19, que deu forma a todas as correntes de pensamento da

época, do nacionalismo ao socialismo. O hilerismo era uma versão radical do nacionalismo *völkisch*, assim como suas peculiaridades ideológicas foram fruto de múltiplas simbioses que o formataram. Como diz Snyder, coincidindo com Saul Friedländer, o hilerismo tornou-se “um ponto de convergência entre o cristianismo alemão, o neorromantismo, o culto místico do sagrado sangue ariano e do nacionalismo ultraconservador”.⁸¹ Esse amálgama de darwinismo social, eugenia e pensamento mítico contrailuminista produziu uma forma singular de “antisemitismo redentor”: o extermínio de judeus como forma de emancipação alemã, algo sem paralelo em qualquer outro país europeu. Essa síntese

⁸¹ Timothy Snyder. *Black Earth: The Holocaust as History and Warning*. Nova York: Tim Duggan Books, 2015, p. 4. [Ed. bras.: *Terra negra: o Holocausto como história e advertência*. Trad. Donaldson M. Garschagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.]

peculiar, entretanto, era apenas uma *premissa* da violência nazista. Segundo Friedländer, o Holocausto não foi o resultado inevitável da ascensão de Hitler ao poder – a implementação de um plano preestabelecido – nem produto aleatório de uma “radicalização cumulativa” de medidas mal calculadas. Ao contrário, a Shoah foi o “resultado de uma convergência de fatores, da interação entre intenções e contingências, entre causas perceptíveis e mero acaso. Objetivos ideológicos gerais e decisões táticas retroalimentavam-se, permanecendo sempre abertas aos movimentos mais radicais à medida que mudavam as circunstâncias”.⁸²

⁸² Saul Friedländer. *Nazi Germany and the Jews, 1933-1939: The Years of Persecution*. Nova York: Harper Collins, 1997, p. 5. [Ed. bras.: *A Alemanha nazista e os judeus, 1933-1949: os anos da perseguição*. Trad. Fany Kon, Lyslei Nascimento, Josane Barbosa e Maria Clara Cescato. São Paulo: Perspectiva, 2012.]

Para Snyder, a Operação Barbarossa revelou-se um erro estratégico fatal, cometido tanto por Hitler quanto por Stálin. O russo não tinha ilusão alguma quanto ao caráter provisório de sua aliança com o ditador alemão, mas não esperava um ataque tão rápido, nem acreditava nos avisos que recebeu de inúmeras fontes durante a primavera, atribuindo-as erroneamente à propaganda britânica. Sua passividade pôs a URSS à beira do colapso. Hitler, entretanto, continuou prisioneiro de sua visão sobre os eslavos como uma “raça inferior” e julgou erroneamente que seria possível destruir a URSS em três meses: o fracasso da ofensiva alemã determinou o desfecho final do conflito. Ao lançarem a *Blitzkrieg*, os nazistas tinham quatro objetivos fundamentais: a rápida aniquilação da URSS; o corte de suprimentos alimentares que teria afetado 30 milhões de pessoas durante o inverno de 1941; um vasto programa de colonização alemã dos territórios ocidentais da URSS ocupada (*Os-*

tplan); e a “Solução Final” da Questão Judaica, que consistia na transferência em massa dos judeus europeus para as regiões mais afastadas dos territórios ocupados, onde seriam exterminados. O fracasso da *Blitzkrieg* forçou Hitler a mudar suas prioridades: a “Solução Final”, inicialmente prevista para ocorrer ao fim da guerra, tornou-se o objetivo imediato de uma hora para outra, posto que era a única meta factível em curto prazo. Como os judeus não poderiam ser evacuados, foram assassinados, enquanto as regiões que ocupavam eram sistematicamente destruídas. Assim, continua Snyder, “a matança dos judeus foi menos um sinal que uma substituição da vitória”.⁸³ Essa interpretação evita muitos lugares-comuns dos estudos acadêmicos na escola “totalitarista”. Snyder vê Hitler e Stá-

⁸³ Timothy Snyder. *Bloodlands: Europe Between Hitler and Stalin*. Nova York: Basic Books, 2010, p. 215. [Ed. bras.: *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stálin*. Trad. Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Record, 2012.]

lin como atores históricos cujas empreitadas e propósitos precisam ser entendidos criticamente para além de sua crueldade, evitando reduzi-los a metáforas do mal. Suas ideologias não tinham praticamente nada em comum, e mesmo suas políticas de extermínio eram profundamente diferentes: o nacional-socialismo matou principalmente não alemães, e quase exclusivamente no decurso da guerra; o stalinismo matou predominantemente cidadãos soviéticos nos anos anteriores à guerra.

De maneira similar, muitos estudiosos combinam abordagens intencionalistas e funcionalistas para analisar as diferentes ondas da violência soviética. A primeira delas aconteceu no meio de uma guerra civil, entre 1918 e 1921, com excessos, execuções sumárias e os crimes de toda guerra civil. Ela foi certamente moldada por uma visão bolchevique da violência como “parteira” da história, mas não surgiu como um projeto de “extermínio de classe”.

Em suas origens, o bolchevismo compartilhava a cultura de outras social-democracias europeias: até 1914, Lênin se considerava um fiel discípulo de Karl Kautsky (o “papa” do marxismo alemão), enquanto sua orientação ideológica não diferia da de muitos socialistas russos e europeus que criticavam fortemente a Revolução de Outubro. A segunda e a terceira ondas, respectivamente, a coletivização da agricultura e os Processos de Moscou, aconteceram em um país pacificado e estabilizado. Não foram um extermínio ideologicamente fundamentado, mas surgiram de um projeto autoritário e burocrático de modernização social que, como diz John Arch Getty, transformou-se em uma política “errática” e “mal calculada”, cuja consequência final foi o estabelecimento do terror como prática permanente do poder.⁸⁴ Em vez

⁸⁴ John Arch Getty. “The Policy of Repression Revisited”. In: John Arch Getty e Roberta Manning (orgs.). *Stalinist Terror: New Perspectives*. Nova York: Cambridge University Press,

de teorizar uma continuidade linear, que vai de Lênin a Gorbachev, e explicar o terror stalinista como uma expressão do caráter “ideocrático” da URSS, seria provavelmente mais pertinente contextualizá-lo e considerar sua ideologia como apenas mais um impulso entre outros. Em resumo, o modelo “ideocrático” tende irresistivelmente à *teleologia*, postulando uma continuidade linear entre um mal totalitário virtual e o mal totalitário real. Segundo Sheila Fitzpatrick, o “modelo totalitário acadêmico” (a URSS como uma “entidade de cima para baixo”, um partido monolítico com base na ideologia e um governo sustentado pelo terror sobre uma socie-

1993, p. 62. Arno Mayer chega a conclusões semelhantes: “Nada sugere que o Gulag tenha sido concebido e operado com uma fúria autogenocida ou etnocida. A vasta maioria dos presos – provavelmente mais de 90% – era de homens adultos entre vinte e sessenta anos. Havia relativamente poucas crianças, mulheres e idosos nos campos” (Arno Mayer. *Arno Mayer. Why Did the Heavens Not Darken?*, cit., p. 643).

dade passiva) “era na verdade uma imagem espelhada da autorrepresentação soviética, mas com os sinais morais trocados (em vez de o partido sempre estar certo, estava sempre errado)”.⁸⁵

FANTASMAS ISLÂMICOS

Com o 11 de Setembro de 2001 iniciou-se um novo capítulo na história desse debate intelectual. Enquanto o fim do socialismo real privou a democracia liberal do inimigo contra o qual costumava exhibir suas virtudes morais e políticas, os ataques terroristas a Nova York e Washington reativaram quase imediatamente a velha parafernália antitotalitária, direcionando-a contra a nova ameaça representada

⁸⁵ Sheila Fitzpatrick. “Revisionism in Soviet History”, cit., p. 80.

pelo fundamentalismo islâmico. Ocorreu também durante a Guerra Fria (1945-1989), quando um exército de cruzados entrou subitamente em cena, muitos deles “renegados” da esquerda, como Paul Berman, Christopher Hitchens, Bernard Henry-Lévy e outros.⁸⁶ Em 2003, no momento da invasão do Iraque pelos norte-americanos, Berman caracterizava um movimento religioso como a Al-Qaeda e um regime secular como o Partido Baath de Saddam Hussein como duas formas de totalitarismo, igualmente inspirados no “culto da

⁸⁶ Ver, por exemplo: Simon Cottee (org.). *Christopher Hitchens and His Critics*. Nova York: New York University Press, 2008. Para uma apreciação crítica dessa nova campanha antitotalitária, ver: Richard Seymour. *The Liberal Defence of Murder*. Londres: Verso, 2008. Os intelectuais liberais dessa nova onda totalitária inequivocamente remetem, em vários aspectos, aos precursores da Guerra Fria, muito bem retratados por Isaac Deutscher: “The Ex-Communist Conscience”. In: Isaac Deutscher. *Marxism, Wars, and Revolution*; cit., pp .49-59.

crueldade e da morte”.⁸⁷ Adam Michnick, o famoso dissidente polonês do Solidariedade⁸⁸ e diretor do jornal *Gazeta Wyborcza*, resumiu o significado dessa nova campanha em defesa do Ocidente nos seguintes termos:

Lembro a experiência do meu país com uma ditadura totalitária. Foi por isso que pude interpretar corretamente os eventos do 11 de Setembro de 2001. [...] Assim como os grandes Processos de Moscou mostraram ao mundo a essência do sistema stalinista; assim como a Kristallnacht [Noite dos Cristais] expôs a face oculta do nazismo de Hitler, assistir à queda das torres do World

⁸⁷ Paul Berman. *Terror and Liberalism*. Nova York: Norton, 2004.

⁸⁸ *Solidarność*: Federação sindical polonesa criada em 1980 nos Estaleiros Lênin, em Gdańsk, cofundada pelo ativista dos direitos humanos e ex-presidente da Polônia (1990-1995) Lech Wałęsa, agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 1983. [N. T.]

*Trade Center me fez perceber que o mundo enfrentava um novo desafio totalitário. Violência, fanatismo e mentiras ameaçavam os valores democráticos.*⁸⁹

Ao adotarem essa crença genérica, muitos estudiosos aplicaram ao islã as categorias analíticas forjadas para interpretar a história da Europa no século 20. A partir dessa transferência epistêmica, um movimento como a Irmandade Muçulmana se converteu em algo semelhante a um “partido de vanguarda” leninista, equipado com várias das ferramentas organizacionais e ideológicas do totalitarismo europeu. Seu inspirador, o teólogo egípcio Sayyid Qutb, era retratado como o ideólogo de “um Estado monolítico governado por um

⁸⁹ Adam Michnick. “We, the Traitors”. *World Press Review*, v. 50, n. 6, 2003. Originalmente publicado na *Gazeta Wyborcza*, 20 mar. 2003. Disponível em: <<www.worldpress.org/article_model.cfm?article_id=1196>>. Acesso em: 9 jul. 2023.

partido único”, dedicado à formação de um “leninismo com vestes islâmicas”.⁹⁰ De acordo com Jeffrey M. Bale, as doutrinas islâmicas seriam “intrinsecamente antidemocráticas e totalitárias”, na medida em que reproduziriam religiosamente todas as características típicas do totalitarismo secular do Ocidente: o maniqueísmo, o monismo (sobretudo o coletivismo utópico) e a paranoia, com o objetivo sistemático de desumanizar e destruir seus inimigos.⁹¹ Curiosamente, a Arábia Saudita, o regime islâmico mais próximo do modelo totalitário, raramente é mencionada pelos novos cruzados do Ocidente. No entanto, à diferença da República Islâmica do Irã, a Arábia

⁹⁰ Ladan e Roya Boroumand. “Terror, Islam and Democracy”. In: Daniel Brumberg, Larry Diamond e Marc F. Plattner (orgs.). *Islam and Democracy in the Middle East*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003, pp. 286-7.

⁹¹ Jeffrey M. Bale. “Islamism and Totalitarianism”. *Totalitarian Movements and Political Religions*, v. 10, n. 2, 2009, pp. 80-4

Saudita é uma aliada do Ocidente, ocupando uma posição econômica e geopolítica que a exclui automaticamente do eixo do mal.

Encaixar o terrorismo islâmico no modelo totalitário não é uma tarefa fácil. Em contraste com o fascismo europeu, que nasceu como uma reação antidemocrática, o terrorismo islâmico surgiu de uma longa e continuada falta de democracia. Em muitos países muçulmanos, ele encarnava um protesto contra regimes reacionários e autoritários apoiados pelos Estados Unidos e pelas antigas potências coloniais, conquistando assim, paradoxalmente, uma certa legitimidade moral.⁹² É uma luta contra o Ocidente, que geralmente se apresenta nos países árabes sob formas imperiais e autoritárias e, portanto, não democráticas. No Oriente Médio, onde as “guerras huma-

⁹² Faisal Devji. *Landscape of the Jihad: Militancy, Morality, Modernity*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

nitárias” do Ocidente já mataram centenas de milhares de pessoas desde 1991, em sua maioria civis, explicar que se trata de combates antitotalitários em nome da liberdade e da democracia é uma tarefa árdua, tão pouco convincente quanto, para os latino-americanos da década de 1970, acreditar que ditaduras militares como as de Pinochet e Videla os protegiam do totalitarismo comunista. Ao contrário dos anos da Guerra Fria, quando o Ocidente podia aparecer como um “mundo livre” aos olhos dos dissidentes das repúblicas satélites da URSS, hoje os Estados Unidos aparecem como um poder imperial para a maioria dos países islâmicos.

Além disso, a violência do Isis (o Estado Islâmico) é qualitativamente diferente da violência do totalitarismo clássico, que dependia do monopólio estatal dos meios de coerção. Apesar do seu caráter endêmico, o terrorismo islâmico nasce em Estados frágeis, fragmen-

tados ou relapsos. Historicamente, a violência terrorista sempre se opôs à violência de Estado, e nesse particular a Al-Qaeda, ou mesmo o Isis, não são exceções. Em anos recentes o Isis tornou-se um quase-Estado, como uma entidade territorial e praticamente institucionalizada, beneficiando-se dos dez anos de intervenções militares ocidentais que desestabilizaram todo o Oriente Médio, levando o Isis a estender sua influência e criar diversas unidades terroristas onde antes não existiam. Porém, outras diferenças também são significativas. O fascismo e o comunismo projetavam-se para o futuro, aspiravam a construir novas sociedades e criar um “Novo Homem”, e não a restaurar velhas formas de absolutismo.⁹³ Mussolini e Goebbels explicaram que

⁹³ Essa diferença foi enfatizada por Tzvetan Todorov: *Hope and Memory: Lessons from the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2003. Ver também: Anson Rabinbach. Op. cit., p. 84.

suas “revoluções” nacionais nada tinham a ver com o legitimismo. O modernismo reacionário do terrorismo islâmico, ao contrário, emprega tecnologias modernas como foguetes, bombas, celulares e websites com a finalidade de voltar à pureza original de um Islã mítico. Se tem tendências utópicas, elas se voltam para o passado, e não para o futuro. Finalmente, o fundamentalismo islâmico não se encaixa na definição de “religião política” geralmente aplicada ao totalitarismo. Esse conceito designa movimentos e regimes seculares que substituíram religiões tradicionais, adotando liturgias e símbolos próprios, pedindo a seus discípulos que “creiam”, em vez de se orientarem por escolhas racionais. Pelo contrário, o terrorismo islâmico é uma reação violenta contra o processo de secularização e modernização que atingiu o mundo muçulmano depois de sua descolonização. É uma religião *politizada* e não secular, uma jihad contra o

secularismo e a modernidade política. Falar em um totalitarismo “teocrático” torna o conceito ainda mais flexível e ambíguo do que nunca, confirmando novamente sua função essencial: não interpretar criticamente a história e o mundo, mas combater um inimigo.

CONCLUSÃO

Slavoj Žižek retrata sarcasticamente o totalitarismo como um “antioxidante ideológico”, semelhante ao chá verde Celestial Seasonings, que, segundo a embalagem, “neutraliza moléculas nocivas ao organismo, conhecidas como radicais livres”.⁹⁴ Historicamente, o conceito de

⁹⁴ Slavoj Žižek. *Did Somebody Say Totalitarianism? Five Interventions in the (Mis)use of a Notion*. Londres: Verso, 2001, pp. 1-2. [Ed. bras.: *Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.]

“totalitarismo” desempenhou essa função de antibiótico genérico capaz de curar o organismo da democracia liberal: ao estigmatizar seus inimigos totalitários, o Ocidente absolve suas próprias formas de violência e opressão imperial. No entanto, apesar das persistentes críticas acadêmicas, o conceito de totalitarismo não desapareceu. Pelo contrário, demonstra impressionantes força e capacidade de renovação, a ponto de estender sua influência para novos campos. O conceito de totalitarismo – e esse é seu paradoxo – é tão inútil quanto insubstituível. É insubstituível para a teoria política, que define a natureza e as formas de poder, e é inútil para a pesquisa histórica, que busca reconstituir e analisar um passado composto de eventos concretos e multifacetados. Franz Neumann o definiu como um “tipo ideal” weberiano, um modelo abstrato que não existe na realidade.⁹⁵

⁹⁵ Franz Neumann. “Notes on the Theory of Dictatorship”.

Como um tipo ideal, ele remete muito mais ao pesadelo descrito por George Orwell em 1984, com seu Grande Irmão, seu Ministério da Verdade e sua Novilíngua, do que o fascismo e o comunismo reais. A noção de totalitarismo é uma ideia abstrata, enquanto a realidade histórica é uma *totalidade* concreta. Debate similar existe em relação a outros conceitos que os estudos históricos importam de disciplinas vizinhas, sobretudo no uso da noção de genocídio. Nascido no campo do direito criminal, ela pretende designar culpa e inocência, impor penalidades, reconhecer o sofrimento e obter reparações; mas sua passagem para o domínio dos estudos históricos introduziu uma dicotomia impiedosa que empobrece o relato sobre o passado. Algozes e ví-

In: Franz Neumann. *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*. Nova York: Free Press, 1957, p. 119. [Ed. bras.: *Estado democrático e Estado autoritário*. Trad. Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.]

timas nunca estão sós; são rodeados por uma multiplicidade de atores que se deslocam em uma paisagem cambiante; são *transformados* em algozes e vítimas graças a uma interação complexa de elementos tanto antigos quanto novos, herdados e inventados, que moldam suas motivações, seus comportamentos e suas reações. Muitos estudiosos tentam explicar essa complexidade; como sugere Marc Bloch, não são eles que presidem o tribunal da história. É por esse motivo que muitos decidiram descartar essa categoria. Segundo Henry Huttenbach, “a acusação de genocídio muitas vezes é feita apenas pelo efeito emocional, ou para firmar um argumento político, o que redundou em tamanho aumento do número de ocorrências chamadas de genocídio que o termo acabou perdendo seu significado original”.⁹⁶ Por bons ou maus motivos, o conceito

⁹⁶ Henry Huttenbach. “Locating the Holocaust under the

condensa preocupações morais e políticas que afetam inevitavelmente seu uso e recomendam prudência. Observando essa interferência permanente entre as reivindicações da memória e controvérsias interpretativas, Jacques Sémelin sugere conter o uso da ideia de “genocídio” dentro dos seus domínios próprios – o jurídico e o memorialístico –, privilegiando outros conceitos como “violência em massa” nos estudos históricos.⁹⁷

Pode ser uma precaução saudável, mas não deve ser entendida como uma reivindicação ilusória de atividade acadêmica “científica”, neutra e desprovida de julgamento. Deve revelar-nos que a história é escrita em meio a

Genocide Spectrum: Toward a Methodology and a Characterization”. *Holocaust and Genocide Studies*, v. 3, n. 3, 1988, p. 297.

⁹⁷ Jacques Sémelin. *Purify and Destroy: The Political Uses of Massacre and Genocide*. Nova York: Columbia University Press, 2008, p. 320.

um campo de forças afetadas de maneira diversa pela memória, pela política e pelas leis, em que a elucidação do passado não pode ser separada do uso público da história. Isso significa que uma Muralha da China separa os conceitos da realidade? Nossa consciência histórica ainda carece de pontos de referência para saber se os estudiosos do fascismo e do comunismo vão provavelmente manter seu distanciamento crítico em relação ao conceito de “totalitarismo”, adotando outras definições menos generalistas (porém mais nuançadas e apropriadas). Olhamos para o passado a fim de compreender nosso presente, o que equivale a um “uso público” da história.⁹⁸ Assim,

⁹⁸ Jürgen Habermas. “Concerning the Public Use of History”. *New German Critique*, n. 44, 1988, pp. 40-50. Entre a imensa literatura a respeito da tensa relação entre história, memória e violência em massa, cuja interseção percebe-se precisamente na esfera pública, vale mencionar os ensaios de Dominick LaCapra (*History and Memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press, 1998).

embora o conceito de totalitarismo continue a ser criticado no futuro por suas ambiguidades, fragilidades e abusos, o mais provável é que não seja abandonado. Além de ser uma bandeira para o Ocidente, ele armazena a memória de um século que viveu Auschwitz e Kolyma, os campos de extermínio do nazismo, os gulags stalinistas e os campos da morte de Pol Pot. Aí reside sua legitimidade, que dispensa reconhecimento acadêmico. O século 20 experimentou o naufrágio da *política*, que, segundo Hannah Arendt, significa um espaço aberto para o conflito, para o pluralismo de ideias e de práticas humanas, para a alteridade. A política, escreveu Arendt, não é uma questão de ontologia; ela designa o *infra*, a interação entre os seres humanos, entre diferentes indivíduos. O totalitarismo elimina essa esfera pública, compactando os seres humanos em uma entidade fechada, homogênea e monolítica. Ele destrói a sociedade civil ao

absorvê-la e sufocá-la no Estado (desse ponto de vista, é diametralmente oposto ao comunismo de Marx, em que o Estado desaparece e dá lugar a uma comunidade autoemancipada). O conceito de totalitarismo inscreve essa experiência traumática em nossa memória coletiva e em nossa representação do passado.

POSFÁCIO
A história intelectual
segundo Enzo Traverso
Demian Melo

ENZO TRAVERSO é autor de uma estimulante história intelectual capaz de condensar discussões que articulam diferentes contextos historiográficos, processos políticos e o uso público da história. Infelizmente ainda é pouco traduzido no Brasil, e talvez isso revele uma irritante tendência presente nos debates historiográficos em nosso país, que não levam em consideração as filiações teórico-políticas dos autores ou as implicações de determinadas leituras sobre o

passado. Em tempos de recrudescimento da extrema direita e de negacionismos históricos de vários tipos (no caso de nosso país, com proposições que buscam amenizar ou negar nossos grandes traumas históricos, a saber, o passado escravocrata e a ditadura militar), *há um motivo a mais para celebrarmos* a publicação de um texto rigoroso dedicado ao conceito de totalitarismo.

Palavra criada pelos opositores do fascismo italiano por volta de 1923, e rapidamente incorporada à retórica oficial daquele regime ditatorial, por antítese, após a Segunda Guerra Mundial, totalitarismo transformou-se em conceito apologético do “mundo livre”. Mais do que um conceito específico, o termo passou a ser empregado como categoria de combate do Ocidente na Guerra Fria. O muito lembrado livro de Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo* (1951), foi sem dúvida um marco obrigatório da trajetória do conceito.

Outro foi *1984* (1949), best-seller distópico de George Orwell.

O texto que o leitor tem em mãos é a síntese de um trabalho de maior fôlego do autor,⁹⁹ no qual Traverso apresenta um painel dos usos do termo no mundo acadêmico, como também sua pendular impregnação na cultura política ocidental. Segundo ele, é possível dividir esse debate em dois grandes momentos: o primeiro, situado entre os anos 1920 e 1930, quando o termo foi utilizado para criticar os regimes de Mussolini, Hitler e Stálin, utilizado então como uma espécie de palavra-chave entre exilados políticos desses regimes; o segundo, entre 1945 e 1990, quando se tornou arma de propaganda da Guerra Fria. No interior desses dois momentos, o historiador italiano traz uma interessante riqueza

⁹⁹ Enzo Traverso. *Il totalitarismo: storia di un dibattito*. Milano: Bruno Mondadori, 2001.

de elaborações que envolveram intelectuais de variados matizes políticos e teóricos, de católicos a anarquistas, de marxistas a liberais, de conservadores a claramente fascistas.

Há ainda algo que o autor identificou como um terceiro momento na trajetória do termo, de impacto mais restrito. Durante a era Bush, “totalitarismo” foi usado por alguns polemistas para a demonização do mundo islâmico, o que se combinou à aceitação da tese de Samuel Huntington do “choque de civilizações”. Voltaremos a isso ao fim destas linhas.

Como Traverso demonstra, seriam os opositores do fascismo italiano – o liberal Giovanni Amendola, o socialista Lelio Basso e o católico Luigi Sturzo – os primeiros a lançarem mão da palavra “totalitarismo” para se referir ao regime liderado por Benito Mussolini. Em pouco tempo, o filósofo oficial do governo, o ex-liberal Giovanni Gentile e o próprio Mus-

solini passaram a empregá-lo como autoelogio do regime. De acordo com Traverso:

Em um célebre discurso de junho de 1925, Mussolini reivindicava “a feroz vontade totalitária” de seu regime, antes de anunciar, uns meses depois, um famoso aforismo: “Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”. O termo será seguidamente retomado pelo filósofo oficial do regime, Giovanni Gentile, em vários trabalhos, entre os quais se encontra um artigo publicado na Foreign Affairs em 1928. Será, finalmente, canonizado em 1932, no capítulo intitulado “Fascismo” da Enciclopedia italiana, redigido a duas mãos por Gentile e Mussolini, prontamente traduzido para várias línguas como síntese doutrinária do regime.

As ideias gerais do totalitarismo estavam presentes também no ambiente cultural ale-

mão, em autores da chamada “revolução conservadora” – como Ernst Jünger e Carl Schmitt – que exerceram influência decisiva sobre o fascismo alemão. Todavia, a retórica do regime nazista não incorporou o termo “totalitarismo”, como fizeram seus congêneres italianos. Preferiram a formulação de um “Estado racial”, nuance sintomática do fascismo alemão. Ainda assim, Traverso lembra o trabalho do grande teórico nazista do totalitarismo, Ernst Forsthoff, um discípulo de Carl Schmitt. Além desse precedente do contexto, não será estranho depois encontrar na crítica ao nazismo o apelo ao termo, como bem demonstra Traverso ao longo do ensaio.

Outro território explorado pelo autor no qual a palavra adquire usos relevantes foi a União Soviética, em especial entre os críticos de esquerda. Na década de 1930, marxistas como Victor Serge, Daniel Guérin e Leon Trótski consideravam totalitário o regime de

Stálin na URSS. Embora considerassem que a formação social soviética fosse fruto de uma revolução social autêntica, eles identificavam o totalitarismo na autocracia degenerada estabelecida sob a liderança de Stálin como regime formado por uma contrarrevolução burocrática que resultava do isolamento internacional da revolução socialista no antigo Império Russo – uma espécie de Termidor, como diria Trótski.

E, ainda no campo marxista, Traverso lembra uma nota importante dos *Cadernos do cárcere* em que Gramsci utiliza o termo para se referir às “ditaduras modernas”, numa alusão evidente ao fascismo.¹⁰⁰ Lembra também que, no contexto pós-1945, ainda era possível ver Herbert Marcuse e o círculo da dissidên-

¹⁰⁰ Trata-se do parágrafo 21 do Caderno 13, redigido em 1934, que na edição brasileira se encontra em Antonio Gramsci: *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3, p. 59.

cia trotskista francesa denominada *Socialisme ou Barbarie* (Castoriadis, Lefort e Lyotard) o recurso à noção de totalitarismo. Entretanto, a imensa maioria da esquerda após a Segunda Guerra Mundial considerou (com alguma razão) essa palavra uma arma ideológica do mundo capitalista.

A ideia de totalitarismo é própria do século inaugurado com a brutalização política resultante da Primeira Guerra Mundial, a ascensão dos regimes fascistas na Itália e na Alemanha, assim como o stalinismo russo, que seriam a matéria-prima desse neologismo. Contudo, foi somente em 1939, quando do Pacto Germano-Soviético, que o totalitarismo recebeu um primeiro tratamento acadêmico, no âmbito de um seminário realizado na Filadélfia que reuniu pesquisadores com evidente perspectiva liberal. Todavia, os novos alinhamentos políticos surgidos a partir dos eventos de dois anos depois – a saber, a invasão

nazista da URSS e o ataque japonês a Pearl Harbour – suspenderam a legitimidade que o termo havia adquirido anos antes. Contudo, antes mesmo do fim do conflito mundial, era possível ver autores de direita como Friedrich Hayek e Karl Popper lançarem mão da ideia em escritos contra o Welfare State (como no *Caminho da servidão* [1944], de Hayek) e contra o marxismo (como na *Miséria do historicismo* [1944], de Popper).

Embora a recepção entre os historiadores não tenha sido muito significativa, *Origens do totalitarismo* de Hanna Arendt é um monumento desse novo momento de diversos empregos da categoria no contexto da Guerra Fria, que acabaria por ter a função de pôr, para os interesses geopolíticos norte-americanos, lado a lado, os inimigos de ontem (o nazismo) e os inimigos do momento (os comunistas, representados pela URSS). Não obstante, mesmo a estrutura argumentativa de Arendt

parece não ter sido bem analisada por alguns de seus críticos, que certamente concordariam com a ideia de que a violência dos nazistas deita raízes na experiência colonial e seu cortejo de genocídios.¹⁰¹ No livro, a parte sobre o antissemitismo é densa, mas acaba tendo maior significado para o entendimento do nazismo do que a do stalinismo, pois, embora sob a tirania de Stálin tenha havido episódios de antissemitismo, ele nunca ocupou o lugar de centralidade que teve no nazismo. Debates historiográficos posteriores sobre a intencionalidade do Holocausto também identificaram diferenças importantes entre a indústria da morte nazista (cuja lógica era sem dúvida a da produção da morte das populações aprisionadas) e o terror stalinista (em que a morte era resultado de cargas excessivas de trabalho),

¹⁰¹ É possível encontrar a mesma ideia em autores capitais da crítica colonial. Por exemplo: Aimé Césaire. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

aspecto muito bem discutido por Traverso em “Comparações da violência totalitária”.

Traverso esclarece que, se no campo historiográfico *Origens do totalitarismo* foi amplamente ignorado, a outra peça importante publicada naquele contexto, o afamado livro de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (1956), foi bastante influente entre os cientistas políticos ocidentais. Contudo, lembra o historiador italiano, o tipo ideal descrito por Friedrich e Brzezinski – de controle totalitário da sociedade – é um dos pontos mais frágeis dessa argumentação, já que ele parece mais próximo das distopias presentes na literatura de Aldous Huxley e George Orwell que do funcionamento dos regimes fascistas e do stalinismo.

A distensão da Guerra Fria na virada para os anos 1960, assim como o desenvolvimento da historiografia profissional

dedicada aos fenômenos dos fascismos e do stalinismo, pôs também em xeque o conceito, sobretudo na versão de Friedrich e Brzezinski. A era pós-Stálin na URSS (não obstante os episódios violentos de repressão na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968), relativizou principalmente algumas imagens consolidadas. Trabalhos de autores como Moshe Lewin e Stephen Cohen demoliram a ideia de que teria havido uma continuidade essencial entre a Revolução Russa e o stalinismo. Além disso, Lewin destacou a importante diferença entre o carisma de Stálin e o dos líderes dos regimes fascistas, ressaltando que, no caso soviético, ele era “o exato oposto do carisma weberiano”. Autor de uma história intelectual refinada, Travesso é atento a essas viradas no campo historiográfico, sendo capaz de informar aos leitores que a noção de totalitarismo é mais apologética que explicativa, sem que isso

implique qualquer condescendência com o stalinismo e regimes similares.

É certo também que na historiografia do fascismo Traverso também assinala como as proposições revisionistas de Renzo De Felice produziram a paradoxal hipótese de que o totalitarismo do fascismo italiano seria uma vertente “de esquerda”, enquanto o nazismo seria um exemplo de “totalitarismo de direita”. Outro aspecto destacado por Traverso é o fato de o livro canônico de Arendt ter excluído o regime de Mussolini como um exemplo de totalitarismo, posição que a historiografia italiana recusou. Traverso lembra que não só De Felice, mas principalmente Emilio Gentile, retornou, no caso italiano, ao contexto totalitário, embora Gentile não endosse a ideia revisionista do fascismo como “totalitarismo de esquerda”. Ambos, no entanto, se abstiveram de comparar o regime de Mussolini ao de Hitler.

Em trabalho posterior Traverso localiza o deslocamento ocorrido na historiografia sobre o nazismo produzida por autores alemães, em que se abandona o conceito de fascismo em favor do uso predominante do termo totalitarismo, inclusive entre historiadores situados ideologicamente à esquerda.¹⁰² Seja como for, ao menos no que se refere ao fascismo, o tema do totalitarismo se consolidou, embora a pesquisa sobre aqueles regimes tenham demonstrado que seu funcionamento dependeu de negociações com outras elites políticas, sejam elas a Igreja, as Forças Armadas e os capitalistas, no caso italiano, e entre capitalistas, burocracia estatal e Forças Armadas, no caso alemão. Desse modo, em nenhum caso a ideia de controle absoluto do líder fascista e mesmo do partido se confirma.

¹⁰² Enzo Traverso. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Porto: Unipop, 2012, pp. 129-38.

Com o fim da URSS houve um previsível *revival* da noção de totalitarismo na abordagem das experiências socialistas do século passado, numa leitura que buscou apresentar o comunismo como “o maior crime do século 20”, retirando, assim, o Holocausto dos judeus na Segunda Guerra Mundial desse lugar e, evidentemente, produzindo uma perigosa normalização do nazismo na memória histórica. Dentro dessa linha, é possível mencionar os livros *O passado de uma ilusão* (1995), de François Furet, o relançamento de trabalhos de Richard Pipes e *O livro negro do comunismo* (1997), organizado por Stéphane Courtois. Neste *último*, há uma espécie de apoteose revisionista em que, como constatou Traverso, o anticomunismo foi transformado em paradigma de interpretação do século 20.¹⁰³ To-

¹⁰³ Enzo Traverso. “The New Anti-Communism: Redearing the Twentieth Century”. In: Mike Haynes e Jim Wolfreys (orgs.). *History and Revolution: Refuting Revisionism*. Londres: Verso, 2007, pp. 138-55.

davia, já no fim da década de 1990, as pesquisas relevantes de soviólogos (como, por exemplo, os trabalhos de Sheila Fitzpatrick), demonstraram como aquela literatura celebratória dos vencedores da Guerra Fria não teve a projeção acadêmica pretendida.

Por fim, situado justamente no início do século 21, contexto em que Traverso escreveu sua sistematização da trajetória do conceito de totalitarismo, a situação pós-11 de Setembro de 2001 e a era Bush viram o reaparecimento da noção dirigida agora para o mundo islâmico. Temos assim um terceiro momento de circulação do termo, que, novamente, remeteria aos embates políticos. E, não obstante o uso feito por autores muito distantes de qualquer visão positiva sobre o capitalismo e seu corolário, a noção predominante de totalitarismo busca sempre absolver o Ocidente e suas práticas colonial-imperialistas de qualquer responsabilidade sobre tais experiências.

Indo além do recorte adotado pelo texto de Traverso, poderíamos lembrar que, na América Latina, governos de viés nacionalista de esquerda, como os de Hugo Chavez, na Venezuela, e Evo Morales, na Bolívia, foram tachados por seus opositores neoliberais (e aliados a Washington) de “totalitários”, embora o epíteto de “populistas” tenha feito maior sucesso entre eles até o presente momento.

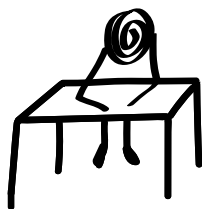
Mais recentemente, no contexto do crescimento de governos de extrema direita em várias latitudes do planeta, o “retorno do fascismo” embalou análises com graus variados de seriedade acadêmica para tratar personagens e experiências governamentais como as de Donald Trump nos Estados Unidos.¹⁰⁴ Sem os compromissos próprios do métier acadêmi-

¹⁰⁴ O próprio Enzo Traverso tem uma intervenção importante nesse debate, em livro já publicado no Brasil: *As novas faces do fascismo: populismo e extrema direita*. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

co, na indústria cultural proliferou o uso da noção de fascismo para se referir ao trumpismo, trazendo na bagagem também a noção de totalitarismo. Isso aparece sem disfarce na música “Totalitarian Terror” (2017), da banda alemã de *thrash metal* Kreator. No clipe, *há uma clara alusão ao nazismo, mas ao final figuram imagens de Stálin e do Capitólio norte-americano.*

AGRADECIMENTOS

*A Enzo Traverso e à revista History and
Theory, nas pessoas de seu editor-chefe,
Ethan Kleinberg, e da editora-assistente,
Elizabeth Boyle, que gentilmente
intermediaram as permissões necessárias
da editora John Wiley & Sons,
a quem também somos gratos.*



ENZO TRAVERSO (Gavi, 1957) é professor de História na Universidade Cornell, em Nova York. Autor de *Singular Pasts: The “I” in Historiography* (2022); *Revolution: An Intellectual History* (2021); *La Fin de la modernité juive: histoire d’un tournant conservateur* (2013); *The Jewish Question: History of a Marxist Debate* (2018), entre outros livros e artigos acadêmicos. Seus estudos, desde a tese *Marxistes et la question juive*, defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob orientação do franco-brasileiro Michael Löwy em 1989, versam sobre temas relacionados à história intelectual, cultural e política do século 20. No Brasil, suas obras publicadas são: *Melancolia de Esquerda: Marxismo, História e Memória* (2018); *Onde Foram Parar os Intelectuais?* (2020) e *As Novas Faces do Fascismo: Populismo e a Extrema Direita* (2021), todos pela Âyiné.

AUTORES DA PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

Assim como Jean-Christophe Bailly, acreditamos que o ensaio tem vocação aventureira, talento para abrir picadas em mato fechado, disseminar indícios e ser também um gênero da resistência à redução do impensável no pensado, o não dizível no escrito.

Adriano de Freixo

Ezequiel Zaidenweg

Ana Bernstein

Federico Nicolao

Antoine Berman

Felipe José Lindoso

Anton Vidokle

Geneviève Fraisse

Aurora Rebelo

Guilherme Bianchi

Beatriz Galhardo

Guilherme Gontijo Flores

Bernard Noël

Helena Katz

Bernardo Brayner

Hito Steyerl

Boris Groys

Jacques Derrida

Caterina Preda

Jean-Christophe Bailly

César Aira

Joanna Zylińska

Ciprian Vălcău

João Adolfo Hansen

Emmanuel Alloa

Julio Bressane

Evelyn Grossman

Karl Erik Schollhammer

Katia Muricy

Laura Erber

Lionel Ruffel

Luísa Buarque

Luz Stella Cáceres

Marcel Cohen

Marcia Sá Cavalcante
Schuback

Maria-José Mondzain

Mariano Siskind

Naoki Sakai

Pascal Quignard

Pedro Erber

Pietro Erber

Raúl Antelo

Renan Ji

Roberto Simanowski

Rodolfo Caesar

Rodrigo Turin

Rodríguez Cáceres

Sabeth Buchmann

Sophie A. de Beaune

Tamara Kamenszain

Victor da Rosa

Wendy Brown

Zoy Anastassakis

2023 ©Enzo Traverso

©Zazie Edições, para esta edição

2017 ©John Wiley & Sons (para versão original); © Wesleyan University (para publicação original)

Todos os direitos desta edição são reservados à Zazie Edições e Produções Culturais. A versão digital desta obra é livremente disponibilizada no site da editora e pode ser compartilhada de forma gratuita.

Nesta edição a grafia foi atualizada segundo o Acordo Ortográfico em vigor no Brasil desde 2009, embora a Zazie resguarde aos autores o direito de escolha.

Este ensaio foi originalmente publicado sob o título “Totalitarianism between History and Theory”, na revista *History and Theory*, n. 55, dez. 2017, pp. 97-118. Direitos gentilmente cedidos pelo autor, por sua editora John Wiley & Sons, e pela revista.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDIÇÃO

Laura Erber

Maria de Andrade

TRADUÇÃO E ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Matheus Targueta

REVISÃO DA TRADUÇÃO

Sergio Flaksman

PREPARAÇÃO

Angela Vianna

REVISÃO DE TEXTO

Cecilia Andreo

PROJETO GRÁFICO

Maria Cristaldi

ADAPTAÇÃO DE PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO

Anderson Junqueira

zazie

Zazie Edições e Produções Culturais

Zazie Sharing Knowledge for Democracy

r. Goethe, 5 / 301 - Rio de Janeiro / RJ – 22.281-020 - Brasil

zazie@zazie.com.br

www.zazie.com.br

Este livro foi editado em julho de 2023, durante a Guerra da Rússia contra a Ucrânia, entre as cidades do Rio de Janeiro e Haia.

Foi utilizada a fonte Adobe Garamond Pro e o papel Pólen Bold 90 g/m². Impresso na gráfica Trio.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(EDOC BRASIL, BELO HORIZONTE/MG)

- T781t Traverso, Enzo.
O totalitarismo entre história e teoria / Enzo Traverso; tradução Matheus Targueta. – Rio de Janeiro, RJ: Zazie Edições, 2023.
122 p. : 10 x 15 cm – (Pequena Biblioteca de Ensaios)
- Título original: Totalitarianism between History and Theory
ISBN 978-65-997971-3-2
1. Estado – Origem. 2. Ciência política – História. I. Targueta, Matheus. II. Título.

CDD 320.11

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422